



**LORENZO DELAINI**

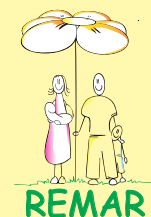
Nascido em Verona-Itália (1954), chegou no Brasil como missionário da Pia Sociedade de Padre Mazza em 1988. Foi fundador e primeiro coordenador da ONG Projeto Beira da Linha no bairro Alto do Mateus-João Pessoa (1989-1992). Assessor Diocesano do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (1996-2001). Coordenador Regional do Fundo 'Juntos Pela Educação' (2004-2010 - acordo de cooperação institucional de empresas do 3º setor - Instituto Arcor Brasil, Instituto C&A e Instituto Vitae - que apoia projetos de educação em tempo integral na Paraíba e no Estado de São Paulo). Atualmente é Coordenador da REMAR/PB- Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes-Paraíba. É formado em arquitetura pelo Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza - Itália; em teologia pelo Instituto S. Zeno de Verona - Itália, afiliado a Pontifícia Universidade Lateranense de Roma - Itália e é Especialista em Direitos Humanos pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos do CCHLA/UFPB - Brasil.

COLEÇÃO  DIREITOS HUMANOS

**E**ste livro sistematiza, avalia e reflete a experiência de um processo de acompanhamento e monitoramento em rede, acontecido em diferentes etapas de 2005 a 2010 na Região Metropolitana de João Pessoa, promovido pela REMAR (Rede Margaridas pró Crianças e Adolescentes - PB), em parceria com o UNICEF e varias entidades governamentais e não governamentais.

Este processo pesquisou uma amostra significativa de crianças e adolescentes que vivenciam diferentes situações de vulnerabilidade social, seu impacto na educação e inclusão social e favoreceu a vivencia de um trabalho em rede, da intersetorialidade e da integração entre os vários atores que atuam na escola e na comunidade.

Desta pesquisa resulta um quadro de extrema gravidade em que se encontram estas crianças e adolescentes, a impossibilidade da escola em responder sozinha a este desafio, a importância do fortalecimento da "rede de proteção integral", para responder esta realidade sempre mais grave e desafiadora e o convite a colaboração de todos para avançar na efetivação do ECA.



Educação e Inclusão de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social Inez Eunice Bassanezi / Lorenzo Delaini (Organizadores)

**Inez Eunice Bassanezi  
Lorenzo Delaini**  
ORGANIZADORES



Educação e inclusão  
de Crianças e Adolescentes  
em situação de vulnerabilidade social

**MONITORAMENTO EM REDE - JOÃO PESSOA-PB/ 2005-2010**



**INEZ EUNICE BASSANEZI**

Nascida em Tambaú-SP, teve a sua formação pedagógica ligada aos grupos de jovens da Igreja Católica. No início dos anos 70, se transferiu para a capital onde se formou em Serviço Social e iniciou suas atividades como professora primária e assistente social. Em 1974, frequentou no Rio de Janeiro o curso sobre Realidade Brasileira do IBRADES. Em 1975, foi trabalhar em Anchieta, no MEPES (Movimento de Promoção do Espírito Santo), no litoral do Estado, junto aos camponeses da região. Em 1978, foi para Itália conhecer as raízes da sua família e deu aula de português aos missionários que iam para o Brasil. Na cidade de Verona conheceu Giuseppe Tosi, que se tornará o seu marido; com ele foi trabalhar na região do Sur Andino no Altiplano peruano, num projeto do Movimento Laici America Latina (MLAL) atuando como assistente social. De volta ao Brasil foi morar na Paraíba, em Guarabira, no Serviço de Educação Popular (SEDUP) da Diocese e fundou e coordenou o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT). No começo dos anos 90, mudou para João Pessoa, onde fez mestrado em Serviço Social na UFPB, atuando como professora substituta. Assumiu a coordenação da Pastoral do Menor da Arquidiocese da Paraíba e atuou como educadora na REMAR, coordenando o projeto do monitoramento em parceria com o UNICEF.

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Monitoramento em rede - João Pessoa - Paraíba 2005 - 2010

**Copyright ©2015 - Inez Eunice Bassanezi e Lorenzo Delaini**

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

**TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS AO: NCDH/CCHLA/UFPB**

De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

**Projeto Gráfico** EDITORA DO CCTA  
**Editoração Eletrônica** DANIELLE ABREU  
**Design de Capa** JOELMA OLIVEIRA

**Dados de catalogação**  
**Biblioteca Setorial Enzo Melegari/NCDH/CCHLA/UFPB**

---

B317e Bassanezi, Inez Eunice  
Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Monitoramento em Rede – João Pessoa –Paraíba – 2005-2010./ Inez Eunice Bassanezi e Lorenzo Delaini. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.  
120 p.: il. (Coleção Direitos Humanos).  
ISBN: 978-85-67818-21-4  
Inclui bibliografia e índice.

1. Inclusão Educacional – Crianças e Adolescentes. 2. Educação Inclusiva – Crianças e Adolescentes. 3. Inclusão Social (Vulnerabilidade Social). I. Delaini, Lorenzo.

CDU: 376.42  
AACR2

..... DH/UFPB.

---

**EDITORA DO CCTA** Cidade Universitária, Campus I – s/n  
João Pessoa – PB CEP: 58.051-970  
Tiragem: 500 exemplares

INEZ EUNICE BASSANEZI  
LORENZO DELAINI

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM SITUAÇÃO DE  
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Monitoramento em rede - João Pessoa - Paraíba 2005 - 2010

JOÃO PESSOA  
EDITORA DO CCTA  
2015

COLEÇÃO  DIREITOS HUMANOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Reitora** MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

**Vice-Reitor** EDUARDO RAMALHO RABENHORST

**CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES**

**Diretor** JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
**Vice-Diretor** ELI-ERI LUIZ DE MOURA

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**Diretora** MÔNICA NÓBREGA  
**Vice-Diretor** RODRIGO FREIRE

**NÚCLEO DE CIDADANIA E  
DIREITOS HUMANOS**

**Coordenadora** LÚCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA  
**Vice-Coordenadora** MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Coordenadora** ADELAIDE ALVES DIAS

**Conselho Editorial  
do NCDH-PPGDH**

Adelaide Alves Dias | Educação  
Élio Chaves Flores | História  
Giuseppe Tosi | Filosofia  
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira | História  
Lúcia Lemos Dias | Serviço Social  
Marconi José Pimentel Pequeno | Filosofia  
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues | Geografia  
Maria Elizete Guimarães Carvalho | Educação  
Maria de Nazaré T. Zenaide | Educação  
Rosa Maria Godoy Silveira | História  
Rubens Pinto Lyra | Ciência Política  
Silvana de Souza Nascimento | Antropologia  
Sven Peterke | Direito  
Fredys Orlando Sorto | Direito

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	07
<i>Irene Rizzini</i>	
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	09
<i>Lorenzo Delaini</i>	
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	13
<i>Inez Eunice Bassanezi</i>	
<i>Lorenzo Delaini</i>	
<b>1. ANTECEDENTES DO MONITORAMENTO EM REDE</b> .....	15
<b>2. PRIMEIRO MONITORAMENTO EM REDE (2005-2006)</b> .....	19
<b>2.1 ENTIDADES PARTICIPANTES DO MONITORAMENTO</b>	
<b>E LINHA DE BASE</b> .....	19
<b>2.2 DESEMPENHO ESCOLAR</b> .....	21
<b>2.3 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM</b>	
<b>VULNERABILIDADE SOCIAL</b> .....	21
<b>3. SEGUNDO MONITORAMENTO EM REDE (2007-2010)</b> .....	25
<b>3.1 ENTIDADES, METODOLOGIA, CONCEITOS E PERFIL</b> .....	25
<b>3.1.1 Entidades Parceiras do Projeto</b> .....	25
<b>3.1.2 Objetivos e Metodologia do</b>	
<b>Monitoramento em Rede</b> .....	31
<b>3.1.3 Conceitos e Definições que</b>	
<b>Orientaram o Monitoramento</b> .....	35
<b>3.1.4 Perfil das Crianças e Adolescentes</b> .....	42
<b>3.2 RESULTADOS DO 2º MONITORAMENTO</b>	
<b>(2007-2010)</b> .....	45

<b>3.2.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO</b>	
<b>BÁSICA (IDEB) DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....</b>	<b>46</b>
<b>3.2.2 DESEMPENHO ESCOLAR 2007-2010.....</b>	<b>51</b>
Dados do Desempenho Escolar Excluindo o Centro	
Margarida e o PROAFE.....	52
Resultados do Centro Margarida e Proafe.....	56
Dados Sobre a Distorção Idade/Ano.....	59
<b>3.2.3 HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>	
<b>VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA URBANA.....</b>	<b>60</b>
<b>3.3 DEPOIMENTOS.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3.1 EXEMPLOS DE SUCESSO E DE INSUCESSO</b>	
<b>NA ESCOLA E NA VIDA.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3.2 DEPOIMENTOS DOS PARCEIROS</b>	
<b>SOBRE O MONITORAMENTO EM REDE.....</b>	<b>71</b>
<b>4. AVALIAÇÃO / CONCLUSÕES.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>90</b>
• SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Princípios/legislação)	
• DIAGRAMA DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
• CARTA PROPOSTA AOS PODERES PÚBLICOS: 20 ANOS DO ECA DIREITO À VIDA INTEGRAL (13 DE JULHO DE 2010)	
• CARTA PROPOSTA AOS PODERES PÚBLICOS: 21 ANOS DO ECA - DIREITO À VIDA INTEGRAL (13 DE JULHO DE 2011)	
• 22 ANOS DO ECA: 22 COMPROMISSOS ASSINADOS PELOS CANDIDATOS À PREFEITURA (13 DE JULHO DE 2012)	
<b>POSFÁCIO.....</b>	<b>116</b>

*Maria de Fátima Pereira Alberto*

## PREFÁCIO

Irene Rizzini\*

\*Professora da PUC-Rio (Departamento de Serviço Social) e Diretora do CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio).

Trabalho sensível e de grande fôlego, são muitos os méritos da equipe que realizou o monitoramento em rede que agora chega as nossas mãos. Gostaria de partilhar com os leitores alguns aspectos que merecem destaque e convidá-los a reflexão.

O primeiro grande mérito é o empreendimento em si. Ele resulta do trabalho cuidadoso de toda uma rede de organizações e indivíduos comprometidos com as vidas de crianças e os adolescentes, sobretudo aqueles que se encontram em situações de alta vulnerabilidade. Tendo como foco meninos e meninas, cujas trajetórias são pautadas por inúmeras violações de direitos, esse grupo vem buscando acompanhar as ações relacionadas às possibilidades de educação e de inclusão. Nesse sentido, a atuação em rede desse grupo e o monitoramento realizado ao longo de vários anos, são exemplares. Um grupo que tem uma fantástica experiência a relatar e que vem demonstrando que, apesar dos desafios, o trabalho sistemático em rede é possível.

Um segundo ponto que gostaria de destacar refere-se à pesquisa realizada. Partindo de uma coleta cuidadosa de dados por longo período, a equipe nos dá acesso a uma grande riqueza de informações. É um material precioso, principalmente quando se busca subsidiar políticas públicas que respondam adequadamente às necessidades da população infantil e adolescente e de suas famílias em diferentes localidades.

Ressalto ainda o cuidado e a sensibilidade no trato dos dados. Conjugando dados quantitativos com uma multiplicidade de depoimentos obtidos por meio de entrevistas, o resultado é um conjunto de informações que permite o conhecimento aprofundado sobre o grupo em estudo.

É preciso que se diga ainda que a geografia tem uma importância especial aqui. Seu mérito é ainda maior, por se tratar de um estudo proveniente da região Nordeste, onde os indicadores socioeconômicos são os mais pobres do



país. É uma região onde vários dos municípios sobressaem pela precariedade de recursos, inclusive de recursos humanos preparados para o desafio de elaborar e implementar políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Os resultados apontados são sem dúvida de alcance e de interesse de todo país. As reflexões que se referem às possibilidades de educação inclusiva e de qualidade, bem como as dificuldades de implantação de redes intersetoriais de proteção social que de fato funcionem e que sejam sustentáveis, são questões que nos desafiam de Norte a Sul.

Por fim, é preciso que se diga que os autores abordam uma questão de delicada complexidade humana. Eles dão conta de qualificar e de dimensionar com grande sentido ético as chamadas situações de vulnerabilidade que atingem crianças e adolescentes em seus contextos familiares e comunitários. O estudo abarca alguns dos grupos mais sofridos, os que vivem em situação de grande pobreza e falta de acesso a oportunidades; localidades onde com frequência a violência é naturalizada em seu cotidiano; grupos de crianças e adolescentes mais expostos a terem seus elos familiares fragilizados ou mesmo rompidos, muitos dos quais acabam vivendo nas e das ruas e, ainda, aqueles que cometeram atos infracionais e passam a ter sua adolescência marcada pelo estigma e pela intervenção da justiça.

Essas questões são tratadas com profundo respeito - postura de quem conhece a fundo o que analisa, mas não se limita a isso, buscando cercar as discussões com cuidado ético e com amorosidade. Que a experiência dessa rede e a realização deste estudo sirvam de inspiração para todos nós.

## **APRESENTAÇÃO**

Na atual cultura globalizada, complexa e pluralista, cada vez mais se impõe a necessidade de um trabalho “em rede”; esta perspectiva começou no mundo virtual e informatizado, mas foi se ampliando em vários setores, também no social e, sobretudo, na área complexa e desafiadora da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Muitos falam de redes e de trabalho em rede, mas poucas são as experiências concretas realizadas e ainda menores as sistematizações de tais experiências; portanto este trabalho é de grande valor porque sistematiza uma experiência concreta de monitoramento em rede realizado ao longo de vários anos.

No setor político-social, frequentemente se intervém na realidade de forma aproximada com atitudes subjetivas e muitas vezes baseadas em interesses particulares: no achismo, no assistencialismo e no particularismo ideológico-partidário. Por isso, se faz necessário - para quem defende a participação democrática e o controle social propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - um trabalho de maior fundamentação científica através de dados, de diagnósticos reais, de planos e monitoramentos que orientem e acompanhem as intervenções e as atuações.

Neste contexto, se evidencia a importância do trabalho aqui apresentado que traz dados concretos importantes e orientadores do público em situação de vulnerabilidade social, num processo de acompanhamento e monitoramento em rede, sobretudo na área da educação e inclusão escolar; a partir de uma amostra limitada, mas significativa de crianças e adolescentes da Região Metropolitana de João Pessoa.

Este processo de construção “em rede” passou por etapas diferentes e foi ampliando o seu banco de dados no número de crianças e adolescentes pesquisados, no número e tipo de entidades e municípios envolvidos e foi enriquecendo suas concepções de monitoramento, reflexões e intervenções em rede. Por isso, o texto traz alguns elementos dos “antecedentes do monitoramento em rede” (2001-2004), alguns dados do “primeiro monitoramento” (2005-2006) e a sistematização do “segundo monitoramento”

(2007-2010). O relatório traz informações sobre as entidades parceiras, os objetivos e a metodologia, conceitos e definições que foram orientando-o, o perfil das crianças e adolescentes pesquisados (na linha de base) e os principais resultados. Completa o quadro uma seleção de interessantes depoimentos, dos parceiros, sobre esta experiência de monitoramento em rede.

Neste processo foi fundamental a contribuição financeira e técnica do UNICEF que motivou e incentivou a REMAR a entrar na perspectiva do monitoramento, acompanhou suas diferentes etapas e realizou a coordenação e sistematização dos dados gerais. O UNICEF, de 2007 a 2010, promoveu o monitoramento em três estados do Nordeste (PE - AL - PB) e publicou os resultados gerais no livro “Educação de Qualidade: experiências que contribuem para o direito de aprender em Pernambuco, Paraíba e Alagoas”(UNICEF, 2010).

A REMAR achou importante recolher maiores dados e reflexões sobre a experiência específica de monitoramento na Paraíba e sistematizá-las nesta publicação, que quer ser uma contribuição para uma efetivação da política de proteção integral à criança e ao adolescente no nosso Estado, que seja mais atenta à realidade concreta da população mais excluída e em maior vulnerabilidade social.

Quem acompanhou e coordenou (com dedicação, paciência e perseverança), o processo de monitoramento na Paraíba pela REMAR e sugeriu e realizou com determinação a sistematização deste texto, foi a Assistente Social Inez Eunice Bassanezi, que agradecemos de coração.

Esta publicação mostra a situação de extrema gravidade na qual se encontram estas crianças, adolescentes e suas famílias e, sobretudo, as que vivem em situação de rua, de marginalidade e em conflito com a lei. Apesar dos avanços no acesso escolar, ainda se destaca o alto índice de distorção idade/ano, sinal da distância entre a realidade e os marcos legais, o alto índice de homicídios entre esta população, sinal da atual crescente violência e de um verdadeiro “genocídio” da juventude pobre das periferias.

O relatório apresenta vários avanços nas políticas sociais, mas também aponta os grandes desafios que ainda existem na realidade concreta da Paraíba, na ótica da efetivação do Sistema de Garantia de Direitos proposto no ECA (ver anexo 1 e 2).

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

O relatório deixa claro que a escola sozinha não consegue responder a este desafio, mas precisa da colaboração e articulação de vários atores do território; mostra também a importância e maior eficácia de um trabalho “em rede”, de integração de diversas instituições, públicas e da sociedade civil organizada, para uma intervenção efetiva na realidade.

A REMAR acredita neste caminho desafiador, mas indispensável para enfrentar uma realidade tão ampla e complexa, valoriza e apóia, de várias formas, as experiências de redes que estão surgindo em diferentes lugares e realidades, em fidelidade a sua missão e visão. De fato, a REMAR no seu planejamento estratégico de 2011-2013, construído coletivamente entre os parceiros da rede, define assim a sua visão: “ser referência na atuação em rede congregando sociedade e governo na defesa, promoção e monitoramento dos direitos de criança e adolescente e famílias, no Estado da Paraíba”.

O trabalho em rede é realizado também no âmbito do protagonismo infanto-juvenil, favorecendo a formação e organização de crianças e adolescentes chamados a serem sujeitos de direitos, protagonistas da própria vida, da construção da verdadeira cidadania e de uma sociedade mais justa e solidária, como mostram os depoimentos contidos neste texto.

Seguem em anexo o marco legal e um diagrama do Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (ver anexo 1 e 2) e as propostas pensadas pelos protagonistas e elaboradas com seus educadores, entregues por eles às autoridades da Região Metropolitana de João Pessoa e da Paraíba nas mobilizações de comemoração dos 20 anos (2010), 21 anos (2011), 22 anos (2012) do ECA (ver anexo 3, 4 e 5).

Que esta publicação seja um instrumento e um estímulo a mais para nos comprometermos a trabalhar juntos, “em rede”, e para nos sentirmos todos corresponsáveis pela efetivação dos direitos fundamentais das crianças, adolescentes e jovens do nosso estado e do país, com absoluta prioridade, como nos orientam a Constituição Federal e o ECA.

Lorenzo Delaini  
coordenador da Rede Margaridas Pró Criança e Adolescente (REMAR-PB)



## **AGRADECIMENTOS**

A Rede Margaridas Pró Crianças e Adolescentes (REMAR) da Paraíba, desde a sua origem, investiu na formação de redes sociais de proteção integral á crianças e adolescentes e no monitoramento; mas durante os anos 2007, 2008, 2009, 2010 articulou, de forma mais organizada e ampla, um grupo de trabalho composto por dez entidades parceiras da Rede que participaram sistematicamente de reuniões mensais e formativas para monitorar 918 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 11 anos e de 12 a 18.

Vinte e dois técnicos sociais participaram do planejamento estratégico de acompanhamento, avaliação e monitoramento de escolarização, da renda familiar, do acesso aos programas de transferências de rendas, da moradia e da vulnerabilidade social. Esta articulação resultou na construção de um banco de dados com os indicadores sociais numa perspectiva de advocacy para o controle das ações sociais do Estado, particularmente o executivo, efetuadas pela sociedade civil.

Queremos agradecer as 918 crianças e aos seus familiares, que foram entrevistados pelos agentes do monitoramento. Esperamos que os resultados alcançados aumentem o investimento do poder publico na educação de qualidade para reparar os direitos das crianças que ainda estão em situação de baixa escolaridade e de vulnerabilidade social.

Agradecemos:

- ♣ de modo particular aos educadores e agentes sociais que colaboraram com o monitoramento: a todas as escolas parceiras que nos receberam e nos acompanharam durante os anos no processo de coleta de dados e às entidades que participaram no incentivo e no acompanhamento deste processo.
- ♣ a colaboração do UNICEF e da Casa Pequeno Davi que nos apoiaram durante três anos com o PROJETO APRENDER (do programa

*Inez Eunice Bassanezi; Lorenzo Delaini*

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE), nas discussões, na formação e na elaboração dos instrumentos do monitoramento, com o objetivo de promover a inclusão escolar e a qualidade de ensino.

- ♣ a todos os membros da REMAR que estiveram envolvidos neste longo processo de pesquisa, estudo e intervenção nas políticas públicas de Educação, especialmente a coordenadora Maria Conceição Vanderlei.

Agradecimento especial na tabulação e sistematização dos dados à jornalista e Mestre em Comunicação Joelma de Oliveira, na revisão do texto à Prof<sup>a</sup>. Fátima Pereira Alberto e ao Prof. Giuseppe Tosi, membros do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. Pelo prefácio e valorização deste trabalho agradecemos a amiga Irene Rizzini, professora, escritora e militante fiel na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes a nível nacional e internacional.

Agradecemos à Profa Ligia Malta coordenadora do GT Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB e a Prof<sup>a</sup> Lúcia Guerra, coordenadora do mesmo núcleo, pelo empenho na publicação desta obra.

Inez Eunice Bassanezi e Lorenzo Delaini

## **1. ANTECEDENTES DO MONITORAMENTO EM REDE**

Em 2001 existia um projeto da Secretaria da Educação do município de João Pessoa chamado “Escola vai à rua” que vinha desenvolvendo atividades com educadores sociais de várias áreas, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, e fazia um trabalho de campo ,com as crianças e adolescentes com vivencia de rua, em vários pontos da cidade onde elas se concentravam.

<sup>1</sup> Margarida Pereira da Silva foi uma militante dos direitos da criança e do adolescente na cidade de Pombal e no estado da Paraíba.

A secretaria de Educação, através do decreto 4330<sup>a</sup>/2001 de 16 de agosto de 2001, transformou o projeto “Escola vai à rua” numa “Escola Municipal de Ensino Fundamental dos Meninos e Meninas de rua de João Pessoa”, localizada no Centro da capital, que se preocupava com a inclusão social e escolar dessas crianças e adolescentes, moradores da Região Metropolitana de João Pessoa, que estavam na rua submetidas à situação de alta vulnerabilidade. Em outubro de 2003, para retirar o estigma dos “meninos de rua”, a escola passou a se chamar “Escola Margarida Pereira da Silva”<sup>1</sup>.

“De 2001 a 2003, a escola atendeu 225 crianças e adolescentes, dos quais 71 freqüentavam com certa regularidade as atividades da escola. Destes, 44 foram alfabetizados, 33 retornaram às suas famílias e 34 se desligaram das escolas e foram registrados 3 óbitos”. (PROJETO REMAR, 2004, p. 12).

Em 2003, foi promovido pela Secretaria de Trabalho, Assistência e Promoção Social (SETRAPS) da Prefeitura de João Pessoa o “Censo Meninada”, que constatou a existência de um número altíssimo de crianças (1333) que freqüentavam as ruas de João Pessoa, especialmente no Centro e nas praias (PROJETO CENSO MENINADA 2003).

Segundo o levantamento, esses meninos e meninas provinham de João Pessoa e da Região Metropolitana: Lucena, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo. A grande maioria desempenhava algum tipo de trabalho para o sustento seu e de



sua família: “ambulantes, carregadores nas feiras, olheiros de carros, ajudantes das famílias nos bancos de feiras, pedintes, zeladores de túmulos, catadores de lixo, ajudantes de bar e botecos”. Deste universo, 47 (3,5%) crianças e adolescentes haviam perdido “totalmente o vínculo com o lar e a família e se encontravam em situação de moradia de rua (PROJETO REMAR, 2004, p. 10).

Diante desta realidade se percebeu a necessidade de desenvolver um trabalho que mobilizasse outras instâncias do governo e da sociedade civil organizada, para integrar os serviços de Educação, Ação Social, Saúde e ONGS, com o objetivo de articular a formação de uma Rede para o enfrentamento da realidade das crianças e adolescentes em situação de alto risco. Por isso, foi convocada no dia 15 agosto de 2003, uma reunião com os educadores da escola e representantes da SETRAPs<sup>2</sup> e SESAU<sup>3</sup> e PAMEN<sup>4</sup> que mobilizou outras 44 entidades da grande João Pessoa, com o objetivo de trabalhar políticas integradas na linha dos princípios de interdisciplinaridade, intersetorialidade e interinstitucionalidade propostos pelo UNICEF, o qual vinha já colaborando com o projeto Escola vai à rua desde a sua fundação. Foi a partir daí que se elaborou o primeiro projeto de criação da REMAR, como rede de entidades governamentais e da sociedade civil organizada (PROJETO REMAR, 2004, p. 13).

Desta reunião surgiu um grupo de trabalho composto pelas SEDEC<sup>5</sup>, SETRAPs, SESAU, e PAMEN, juntamente com o UNICEF, para a elaboração de um projeto de atendimento a 330 crianças e adolescentes em situação de alto risco pessoal e social. Destas 330 a escola Margarida Pereira da Silva da Prefeitura de João Pessoa, monitorou 180 e a PAMEN 120 nos seus núcleos de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. O Projeto tinha como objetivo o “pleno desenvolvimento da atenção integral à criança e ao adolescente” (PROJETO REMAR, 2004, p. 15) durante o período de 2004 a 2006.

Este projeto foi a semente lançada para o trabalho em rede entre ONGs e entidades públicas para a efetiva inclusão e permanência na escola, fortalecendo as relações escola/família/comunidade/e atores sociais, através da educação integral e contextualizada.

<sup>2</sup>SETRAPS: Secretariade Trabalho e Promoção Social do Município de João Pessoa (atualmente SEDES: Secretaria de Desenv. Social).

<sup>3</sup> SESAU: Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa (atualmente SMS: Secretaria Municipal de Saúde)

<sup>4</sup> PAMEN: Pastoral do Menor da Arquidiocese da Paraíba.

<sup>5</sup> SEDEC: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

“Objetivo: escolarização e formação integral de 300 crianças em situação de risco, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades inserindo-as no sistema regular de ensino e de saúde, buscando através das parcerias perspectivas de formação e encaminhamento profissional, favorecendo o pleno exercício da cidadania” (PROJETO REMAR, 2004, p. 18).

<sup>6</sup> CMDCA-JP: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa.

A Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes, REMAR nasce neste processo. Em 2001, João Pessoa, possuía 126 instituições públicas e da sociedade civil organizada, cadastradas no CMDCA-JP<sup>6</sup>. Apesar deste número significativo de instituições havia uma fraca articulação entre elas e poucas eram às que se dedicavam às crianças de rua. Isto foi um dos motivos para a criação, em 2003, da REMAR, uma rede que articulava 15 instituições do Estado e da Sociedade civil, com a missão de “favorecer a articulação, a mobilização e a integração em rede dos diversos atores do sistema de garantias de direitos (SGD) da criança e do adolescente em vulnerabilidade social e de suas famílias, sobretudo por meio das redes locais dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa e dos bairros da capital” (UNICEF, 2010, p. 28).

Desde o começo se percebeu que não era possível trabalhar somente no município de João Pessoa, devido à mobilidade das crianças e adolescentes com vivência de rua, por isso a atuação da REMAR foi ampliada para a Região Metropolitana de João Pessoa.



## **2. PRIMEIRO MONITORAMENTO EM REDE (2005-2006)**

<sup>1</sup> Hoje chamado "Centro de Formação Cidadã Margarida Pereira da Silva", vinculada à Secretaria de Desenvolvimento social-SEDES da Prefeitura de João Pessoa.

A partir de uma formação específica se deu continuidade a este projeto organizando um primeiro monitoramento em rede com a colaboração da UNICEF, entre 2005 e 2006. Foram convidadas novas entidades parceiras da REMAR, foi realizado um banco de dados mais amplo para monitorar 600 crianças e adolescentes e suas famílias (ver tabela nº 1), e foi gerado um cadastro único (linha de base) com perfil de cada criança, situação de vulnerabilidade e risco social, violência, condição de moradia, frequência e desempenho escolar.

### **2.1 ENTIDADES PARTICIPANTES DO MONITORAMENTO E LINHA DE BASE**

As entidades que participaram deste primeiro monitoramento foram:

- Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental (APÔITCHA) de Lucena,
- Escola Municipal Margarida Pereira da Silva (SEDEC - PMJP) de João Pessoa<sup>1</sup>,
- Centros de Referência de Assistência Social (CRAS-SEDES-PMJP), dos bairros do Cristo e do Alto de Mateus,
- Núcleos de Pastoral do Menor (PAMEN): Casa da menina e do menino de Bayeux, Centro Comunitário Bom José do Geisel, Centro Comunitário Padre Virgílio do bairro Grotão em João Pessoa, Núcleo da Pastoral do Menor de Várzea Nova, município de Sta Rita;
- Casa Pequeno Davi (CPD), bairro do Roger, João Pessoa;
- Programa de Apoio às Famílias de Egressos da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice Almeida (PROAFE-FUNDAC) - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH), Centro de João Pessoa.
- Projeto Beira da Linha (PBL), bairro do Alto do Mateus, João Pessoa

- Associação Papa João XXIII no Brasil, ONG italiana com atuação no Brasil e também em João Pessoa.

TABELA N° 01 - LINHA DE BASE DO 1º MONITORAMENTO 2005 E 2006

N°	Instituição	Criança e Adol. Em 2005	Criança e Adol. Em 2006
01	APOITCHA	150	143
02	CRAS do Bairro do Alto do Mateus –SEDES	--	69
03	CRAS dos Bairros do Cristo e Rangel-SEDES	30	43
04	PAMEN: Bayeux	30	28
05	PAMEN: Várzea Nova (Sta Rita)	30	22
06	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	30	18
07	PAMEN: Geisel (João Pessoa)	30	25
08	PROAFE/FUNDAC	100	94
09	Escola Margarida Pereira – SEDEC / Centro de Formação - SEDES	150	83
10	Projeto Beira da Linha*	30	---
11	Associação Papa João XXIII no Brasil*	20	---
<b>TOTAL</b>		<b>600</b>	<b>525</b>

\*Observação: as duas entidades não continuaram no monitoramento.

## Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

### 2.2 DESEMPENHO ESCOLAR

TABELA Nº 02 - DESEMPENHO ESCOLAR (2006)

Entidade	Total	Aprov.	Reprov.	Evasão	Transf.	Outros	Não inform.
APOITCHA	143	82 (57%)	45 (31,5%)	3 (2,1%)	8 (5,6%)	---	4 (2,8%)
CRAS Alto do Mateus	69	31 (45%)	26 (37,6%)	6 (8,6)	4 (5,7%)	2 (2,8%)	---
CRAS Cristo/Rangel	43	16 (37,2%)	13 (30,2%)	6 (14%)	1 (2,3%)	5 (11,7%)	2 (4,6%)
PAMEN Bayeux	28	19 (67,8%)	9 (32%)	---	---	---	---
PAMEN Várzea Nova- Sta Rita	22	4 (18%)	9 (41%)	---	---	---	8 (36%)
PAMEN Geisel, João Pessoa	25	13 (53%)	11 (44%)	---	---	---	1 (4%)
PAMEN Grotão, João Pessoa	18	---	---	---	---	---	18 (100%)
PROAFE	94	7 (7,4%)	7 (7,4%)	22 (23,4%)	5 (5,3%)	41* (43,6%)	12 (12,7%)
Centro Margarida	83	3 (3,6%)	41 (50%)	38 (46,3%)	---	---	2 (2,4%)
<b>TOTAL</b>	<b>525</b>	<b>175 (32%)</b>	<b>161 (30%)</b>	<b>75 (14%)</b>	<b>18 (3,5%)</b>	<b>48 (9%)</b>	<b>65 (12%)</b>

<sup>2</sup> O universo pesquisado muda conforme a data em que foi feito o levantamento.

\*Observação: Desses 41 “outros”: 22 não foram mais localizados, 10 foram internados no CEA-CETRIM-PRESÍDIO, 4 faleceram e 3 casaram e se mudaram.

### 2.3 PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2005-2006)<sup>2</sup>

- Total 544: maioria 315 (58%) era composta por meninos, e 229 (42%) eram meninas.

- Total 525: 332 (63%) eram meninos/as de 12 a 18 anos, 96 (18%) acima de 19 anos (egressos das Medidas Socioeducativas), e 82 (16%) menores de 11 anos, 15 (3%) não responderam;
- Total 525: 346 (66%) se declarava de cor morena ou parda, 94 (18%) branca, 73 (14%) negra e 12 (2%) não responderam;
- Total 525: 351 (67%) moravam em João Pessoa e os outros (33%) nas cidades de Bayeux, Santa Rita e Lucena
- Total 525: a maioria 382 (70%) morava em casa própria, 62 (11%) em casa cedida por alguém, 49 (9%) em casa alugada, 18 (3%) em casa ocupada e 14 (3%) não responderam;
- Total 511: - As moradias eram, na sua maioria, 410 (75%) de alvenaria.
  - As restantes (101) eram casa de taipa 67 (12%), casas de tábuas e tijolo 23 (4%), e casas de papelão e plástico 11 (2%)
  - Do total de 511 casas, 321 (59%) eram com piso de cimento, 109 (20%) de chão batido e 81 (15%) com cerâmica.

<sup>3</sup> O total das respostas (543) é maior do que o da linha de base (525) porque as respostas podiam indicar mais de uma situação de risco social. A grande maioria das famílias ganhava de meio a um salário mínimo, complementado pela bolsa família.

### **Situações de Vulnerabilidade Social (2006)**

- Total: 543<sup>3</sup>.
- 156 (29%) estavam no trabalho infantil
- 94 (17%) cometeram algum ato infracional e eram considerados em conflito com a lei;
- 51 (9%) pertenciam a famílias desempregadas
- 28 (5%) eram moradores de rua
- 10 (2%) declararam não ter problemas sociais
- 02 (0,4%) declararam ter sofrido de violência sexual
- 07 (1%) declararam que havia alguém da família cumprindo pena
- 195 (36%) não responderam

<sup>4</sup> O total das respostas (415) é maior do número de meninos que informaram (318) porque os meninos/as podiam indicar mais de uma situação de violência intra-familiar.

### **Violência Intra-Familiar (2006)**

- Total: 525 meninos/as; destes 207 (39%) não informaram
- Do total que informaram (318), deram as seguintes respostas<sup>4</sup>:
  - Total: 415 respostas

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

- 305 (74%) declaravam ter sofrido algum tipo de violência psicológica
- 105 (25%) declaravam ter sofrido algum tipo de violência física;
- 5 (1%) declarava ter sofrido violência sexual

<sup>5</sup> O total das respostas (158) é maior do número de meninos/as que informaram (117) porque os meninos/as podiam indicar mais de uma situação de violência extra-familiar.

### **Violência Extra-Familiar (2006)**

- Do total de 525, a grande maioria 408 (72%) não respondeu a essa questão.
- Os que responderam (117) deram as seguintes respostas<sup>5</sup>:
- Total de 159 respostas:
  - 43 (7%) declaram ter subido algum tipo de violência física;
  - 59 (10%) violência psicológica;
  - 25 (4%) violência policial
  - 31 (5%) declara ter sofrido algum outro tipo de violência.

<sup>6</sup> O total das respostas (290) é maior do número de meninos/as que informaram (185) porque os meninos/as podiam indicar mais de uma situação de violência extra-familiar.

### **Uso de Drogas (2006)**

- Do total 525 meninos/as 340 (68%) não respondeu
- Os que responderam (185) deram as seguintes respostas<sup>6</sup>:
  - Total de respostas: 290
  - 82 (28%) eram usuário de maconha;
  - 56 (19%) eram usuários de álcool
  - 55 (19%) cheiravam cola;
  - 49 (17%) fumavam cigarro;
  - 38 (13%) eram usuários de outro tipo de droga;
  - 10 (3%) eram usuários de crack;

<sup>7</sup> Porém é preciso considerar que a baixa aprovação do PROAFE e do Centro Margarida influenciam para baixo a taxa de aprovação.

### **Comentário**

Observando os dados de 2006, notamos que apenas 33% dos alunos foram aprovados<sup>7</sup>. Se considerarmos as outras variáveis escolares, tais como reprovação, evasão, abandono, transferência e outros, temos um índice de 67% de não conclusão dos estudos.



Esses números explicam-se a partir das condições de vida das crianças e adolescentes monitorados, que viviam numa condição de extrema pobreza econômica e social, submetidos a uma constante situação de violência e de marginalização. O conjunto dos dados mostra várias situações de vulnerabilidades, desde, condições de moradia, condições de vida das famílias, salários, dependências das bolsas sociais. As crianças e adolescentes vivenciavam várias situações de violência: desde o trabalho infantil, até as formas de violência física, psicológica, sexual e uso de drogas (ver RIZZINI: 2010, p. 32,33)

Essas condições revelam que se trata de um contexto social extremamente excludente e desigual, onde as crianças e os adolescentes são as maiores vítimas, tendo seus direitos fundamentais violados.

No entanto, é este público que deveria ser o principal destinatário das políticas públicas no campo da educação, da saúde e sobretudo da assistência social, com prioridade absoluta conforme a Constituição e o ECA

O que coloca a questão da eficácia dessas políticas públicas, e a necessidade de repensar essas políticas incentivando mais a integração e a intersetorialidade, para criar uma verdadeira política para as crianças e os adolescentes.

### **3. SEGUNDO MONITORAMENTO EM REDE (2007-2010)**

Em 2007, para dar continuidade às ações de articulação e mobilização política, a Casa Pequeno Davi e a REMAR, a pedido do UNICEF, articularam um segundo monitoramento por meio de um novo projeto, a partir da mesma linha de base, acrescentando outras crianças e adolescentes e consolidando as parcerias. O título do projeto, que se desenvolveu em 2007, 2008, 2009, 2010, era “Mobilização para a garantia do direito de aprender da criança e do adolescente na Paraíba”. Este projeto se articulou com outros três projetos de educação integral e contextualizada: dois em Pernambuco (Projeto Jovens pela Educação para a Convivência com o Semiárido e Projeto Tecendo Redes no Semiárido) e um em Alagoas (Projeto Fazer Valer os Direitos das Crianças e Adolescentes em Alagoas). Estes quatro projetos foram reunidos pelo UNICEF no Projeto Educação de Qualidade (UNICEF 2010).

#### **3.1 ENTIDADES, METODOLOGIA E CONCEITOS**

##### **3.1.1 Entidades Parceiras do Projeto**

###### **Casa Pequeno Davi**

Fundada em 1985, a CPD consta com uma boa infra-estrutura física e um corpo qualificado de educadores e está localizada na comunidade do Roger, bairro popular próximo ao centro histórico da cidade. A comunidade do Roger foi marcada durante 46 anos pelo estigma de abrigar o antigo lixão da cidade de João Pessoa, que foi retirado somente em agosto de 2003. Gerações foram criadas tendo como principal meio de subsistência o lixo e todo o sistema que gira ao

redor dele, incluindo a exploração do trabalho infantil. Nesse contexto, a missão da CPD é de contribuir para a efetivação dos direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, com ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba. Os principais eixos de atuação são: trabalho infantil, violência intra-familiar, educação e direitos humanos. Eixos transversais: gênero, etnia, cidadania e meio ambiente. Atividades educacionais ludo-pedagógicas: incentivo à leitura, à escrita, à matemática; arte-educação, esporte e recreação; informática e iniciação profissional. Oficinas temáticas oferecidas aos familiares; participação nos espaços políticos onde se decidem as políticas públicas para as crianças e os adolescentes, fóruns, redes, conselhos setoriais (direitos, educação, saúde, assistência). Setor de comunicação: elaboração de jornais informativos (Conexão). Parceria com 10 escolas do bairro.

Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental-  
APÔITCHA, e Secretaria Municipal de Educação do Município de Lucena.

Localizada em Lucena, município da região metropolitana de João Pessoa, é uma ONG que tem como missão: promover a fraternidade e a justiça, através do desenvolvimento inclusivo das comunidades vulneráveis, de modo sustentado e articulado em rede; melhorar a qualidade de vida da infância e da juventude. Atividades Socioeducativas: produção cultural (música, teatro, cinema, comunicação e jornalismo), biblioteca itinerante, contação de histórias, com enfoque na literatura brasileira. Temáticas abordadas: combate ao abuso e exploração sexual, ao abuso de álcool e drogas, educação integral, Estatuto da Criança e do Adolescente, empoderamento comunitário. A APÔITCHA integra a “Rede Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente” de Lucena junto com os seguintes atores sociais: prefeito da cidade, juizado e Ministério Público, Secretarias dos Municípios, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (alta complexidade)-CREAS, Centro de Referência

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

da Assistência Social - CRAS, gestores das escolas municipais e estaduais, representantes da Câmara Municipal, delegacia de polícia, Associações de pescadores, de bairros, e de mulheres, ONG “mãos que se ajudam”, Igrejas e representantes dos Conselhos Setoriais e Tutelares.

Observação: a partir de 2009 quem assumiu o monitoramento, em Lucena, é a Secretaria Municipal de Educação que colocou a disposição os seus técnicos.

### **Núcleos da Pastoral do Menor da Arquidiocese da Paraíba-PAMEN**

A PAMEN é uma entidade da pastoral social da Arquidiocese da Paraíba, fundada em 1984, que está articulada nacionalmente pela CNBB. Nos anos 80 a PAMEN nacional, em articulação com o “Movimento dos Meninos e Meninas de Rua”, realizou um trabalho pioneiro/precursor para a conscientização da sociedade sobre a questão dos meninos em situação de risco e em favor da aprovação e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990). A PAMEN da Paraíba participa desde o início da REMAR, através de quatro núcleos:

#### **PAMEN. Centro Comunitário Bom José**

Localizado no bairro do Geisel (comunidade da CITEX) em João Pessoa, fundado em 1995 e oficializado como Associação em 2008. Missão: atendimento à comunidade para a organização comunitária solidária; atendimento direto às crianças e adolescentes mais pobres para a promoção da vida e dos direitos fundamentais; acompanhamento individualizado às crianças e aos seus familiares; atividades socioeducativas: contação de histórias, organização da biblioteca comunitária, resgate da cultura popular através de dança e músicas folclóricas locais. A biblioteca comunitária, aberta para as crianças mas também para os moradores da CITEX, é um bom suporte para incentivar

a leitura e o debate de temáticas sobre os direitos fundamentais; campanhas socioeducativas para melhorar a coleta do lixo e a situação do saneamento básico; combate ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual; assistência psicológica às vítimas da violência.

### PAMEN. Casa da Menina e do Menino

Localizada na Avenida Liberdade, no município de Bayeux, atende três bairros: CESE, Baralho e São Bento. Prioriza a educação, a saúde e a equidade de gênero. Atividades: oficinas de direitos humanos, atividades culturais: música instrumental (violão, percussão e flauta); atividades esportivas e de recreação; através de atividades lúdicas incentivo à matemática, a leitura e à escrita (reforço escolar).

### PAMEN. Centro de Formação Frei Virgílio Panzi

Localizado no bairro do Grotão, periferia de João Pessoa. Realiza atividades socioeducativas com crianças e adolescentes, (teatro, música, formação humana, denúncia do trabalho infantil e do abuso e exploração sexual). Participa no Conselho Comunitário do Grotão, que envolve vários atores: PSF, gestores de escolas, educadores; participação no orçamento participativo e democrático para a questão da habitação e do meio ambiente no bairro. Trabalho com as famílias os temas: ecologia, saúde, educação de qualidade.

### PAMEN. Centro Comunitário Paulo VI, de Várzea Nova, bairro do município de Santa Rita

Equipe composta de educadores sociais. Missão: trabalhos comunitários, defesa dos direitos das crianças e adolescentes mais pobres, e ênfase no

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

combate ao trabalho infantil e abuso e exploração sexual. Parceria com a paróquia e duas escolas do bairro. Atividades nas escolas com os alunos adolescentes, seus familiares, e professores, realizando oficinas, rodas de diálogo, dando ênfase ao cumprimento do ECA e monitorando a frequência e o desempenho escolar. Atividades socioeducativas realizadas no centro: apoio à educação de qualidade, com ênfase na questão de gênero, desempenhando atividades de artesanato com as adolescentes e as mães, como crochê, ponto cruz, modelagem de biscuit, montagem de conchas.

### **Centros de Referência da Assistência Social - CRAS**

É um serviço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), composto por uma equipe de Assistentes Sociais e Psicólogos. No município de João Pessoa está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). O CRAS articula no território a rede dos atores sociais locais para o acompanhamento às famílias, sobretudo as mais vulneráveis.

**CRAS do bairro do Cristo que atua também no bairro do Rangel,  
na periferia de João Pessoa.**

Participa da “Rede CRER SER de proteção integral”, formada por gestores e coordenadores pedagógicos de 10 escolas, enfermeiras do Programa de Saúde da Família-PSF, coordenadora do Distrito II do Serviço Único de Saúde (SUS), representante da Associação dos moradores e do Grupo Gestor da Praça da Amizade, padre da Igreja Católica, radio comunitária, e representantes do Centro de Referência da Juventude do Município. Esta mesma rede participou durante 3 anos do Projeto “Fundo juntos pela educação” (ALVES, 2008 e 2010).

CRAS do bairro do Alto do Mateus, localizado na periferia de João Pessoa na divisa com Bayeux.

Participa da “Rede Pela Paz”, rede social local junto com a psicóloga do Distrito Sanitário, um representante do orçamento democrático, gestores das escolas municipais e estaduais do bairro, representantes do Projeto Beira da Linha, Associação dos Alcoólatras Anônimos, Movimento de luta por moradia, Unidade de Inclusão Produtiva, Mulheres da Beira da Linha (grupo de produção na perspectiva da economia solidária), Centro de Referência da Juventude, da prefeitura.

### Centro de Formação Cidadã MARGARIDA PEREIRA DA SILVA

Está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) da Prefeitura de João Pessoa no âmbito da política de proteção social especial de alta complexidade do SUAS, e tem como missão a efetivação do ECA, sobretudo para crianças e adolescentes em situação de rua. Em 2001, a Secretaria de Educação da Prefeitura fundou o projeto “Escola vai à rua” para trazer de volta à escola crianças e adolescentes que estavam na rua submetidas à situação de risco. Após dois anos de atuação, se percebeu a necessidade de desenvolver um trabalho que mobilizasse outras instâncias do governo e da sociedade civil organizada, para integrar os serviços de Educação, Ação Social, Saúde e parcerias das ONGS. O objetivo era de articular uma formação em rede com as entidades governamentais para o enfrentamento da situação das crianças e adolescentes de alto risco.

A primeira parceria foi com a PAMEN que elaborou o primeiro projeto REMAR (2004). A nova administração da prefeitura mudou o enfoque do projeto, (através do decreto nº 5370 de 4 de julho de 2005) e transformou a Escola Margarida Pereira num Centro de Formação vinculado não mais à Secretaria de Educação, mas à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), destinado à crianças e adolescentes em situação de rua. Em 14 de fevereiro de 2008 o

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

<sup>1</sup> Fazem parte da rede de proteção também as casas criadas pela SEDES da Prefeitura de João Pessoa: casa de acolhida masculina (2007) e feminina (2008), que abrigam crianças de 13 a 18 anos e a casa de passagem (2006) no centro de João Pessoa para atender especificamente as crianças encaminhadas pelos Conselhos Tutelares; e a “morada do Betinho”, criada em 1998, localizada inicialmente perto do Aeroporto no município de Santa Rita, e que na época na pesquisa estava localizada no centro de João Pessoa, bairro dos Bancários; e a “Casa de Abrigo Mista” localizada no bairro de Manaíra em João Pessoa.

Centro Margarida mudou de sede do centro da cidade para o bairro do Roger e ampliou o atendimento aos adultos.

O Centro atende as seguintes unidades de alta complexidade: Casa de Acolhida Masculina, Casa de Acolhida Feminina, Casa de Passagem, Casa Adulto, Abrigo Manaíra, abrigo Morada do Betinho. Realiza atividades de oficinas ludo pedagógicas, culturais, esportivas, lazer/recreação, artesanato, artes plásticas, capoeira, artes circenses, percussão, Hip-Hop, grafite, letramento.

### **Programa de Apoio às Famílias de Egressos - PROAFE-FUNDAC-SEDH**

Trata-se de um programa de apoio aos jovens que estão submetidos às Medidas Socioeducativas de internação e semi liberdade, programas estes pertencentes à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC), entidade da administração indireta do governo do Estado, que pertence à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH). A missão do PROAFE é fortalecer o processo de ressocialização dos jovens egressos, através do desenvolvimento de valores humanos, éticos universais, de estímulo à criação de um projeto de vida, inclusão no mundo do trabalho e realização de pesquisas. Egressos/as são jovens que passaram por aplicação de Medidas Socioeducativas nas unidades de internação: Centro Educacional do Adolescente (CEA), Centro Educativo Jovens (CEJ) e Casa Educativa e Casa da Semi-liberdade. Jovens egressos/as passaram por ciclos de negação dos direitos fundamentais, perda de referências afetivas ou situações de alto risco e de violências que levaram à prática do ato infracional<sup>1</sup>.

### **3.1.2 Objetivos e Metodologia do Monitoramento em Rede**

#### **Objetivos**

- Conhecer e reconhecer a situação de vulnerabilidade social das crianças e adolescentes e de seus familiares;



- Acompanhar individualmente o rendimento escolar;
- Melhorar o rendimento escolar e diminuir a evasão;
- Colaborar na construção e consolidação da intersetorialidade da educação em parceria com as demais políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente;
- Influenciar na implementação das políticas públicas através da proteção integral do Sistema de Garantias de Direitos (SGD);
- Assumir um compromisso com todas as entidades envolvidas de continuar o monitoramento em rede.

## Metodologia

O monitoramento e a avaliação de cerca de mil crianças e adolescentes da Região Metropolitana de João Pessoa é um experiência de construção coletiva que envolve vários parceiros, governamentais e não governamentais.

- O primeiro passo foi a criação de um Grupo de Trabalho “GT Monitoramento” composto pelos parceiros da REMAR sob a coordenação da mesma REMAR (na pessoa de Inez Bassanezi) e a participação de alguns representantes das secretarias municipais de educação e assistência social;
- Este GT elaborou a “linha de base”, contendo a lista das crianças e dos adolescentes de maior vulnerabilidade social matriculados nas escolas públicas municipais e estaduais na faixa etária de 6 a 16 anos (e até 18/21 anos em alguns casos). A escolha foi feita pela área geográfica de pertença dos meninos/as e por indicação das entidades, uma vez que a maioria eram crianças que estavam sendo atendidas por elas.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

- Em seguida, foi elaborado um formulário cujas questões foram elaboradas coletivamente com a colaboração dos técnicos das entidades parceiras e divididas em três itens:
  - a) Dados pessoais da criança e adolescente e dos seus familiares: idade, sexo, relação idade/série, quem era o responsável pela criança;
  - b) Indicadores sociais: moradia, cor/etnia, ato infracional, violência intra e extra familiar;
  - c) Alguns indicadores de saúde.
- Entrevistas. As entrevistas foram realizadas seguindo a metodologia da pesquisa-ação: ao visitar a família, a assistente social fazia perguntas sobre a escola, o ano e a série que frequentava, sobre a renda familiar e as condições de moradia e a situação de violência intra ou extra familiar; mas também orientava sobre os serviços sociais existentes na área, sobre os programas sociais (bolsa família) e direitos da família, sobre a situação dos serviços de saúde, se a família conhecia onde estava o PSF do bairro e incentivava a que todos os meninos tivessem a carteira do SUS.
- Acompanhamento individualizado. Uma vez identificada a criança ou o adolescente, os pesquisadores do GT monitoramento realizavam o acompanhamento anual dos seguintes indicadores: taxa de aprovação, de repetência, de distorção idade/série, evasão escolar e transferências de escola. Esses dados eram levantados visitando periodicamente as escolas e as famílias. Dependendo dos motivos, se elaboravam estratégias de solução e de encaminhamento para os órgãos competentes: CRAS, SUS, Bolsa família, e em alguns casos para o atendimento psicológico no Espaço Psicanalítico (EPSI) e no Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil (CAPSI).
- Encontros. Foram realizados 6 encontros (2 por ano) de capacitação dos técnicos envolvidos no monitoramento, com o apoio do UNICEF sobre

os indicadores sociais do programa “Aprender” (2008-2010). Nessa formação estiveram presentes em média 90% das entidades. A partir dessas capacitações foi se construindo um banco de dados sobre a situação escolar em cada instituição parceira, numa perspectiva de advocacy para ações de controle social por parte da sociedade civil, para preparar o plano estratégico para atingir as metas: ajudar no processo ensino/aprendizagem das crianças e adolescente e do conhecimento de seus direitos.

- Reuniões mensais. Foram realizadas reuniões mensais do GT Monitoramento para compreender melhor os objetivos e a metodologia e esclarecer os termos técnicos do monitoramento e ter mais clareza sobre os indicadores. Nas reuniões se traziam os resultados das atividades realizadas na base (visitas às escolas, cursos sobre ECA, resultados das reuniões com os gestores das escolas, atividades educativas realizadas) e se traziam os dados relativos ao monitoramento, atualizando assim o banco de dados e procurando refletir sobre os motivos que levavam ao baixo rendimento escolar. O GT Monitoramento funcionava na perspectiva de metodologia da educação popular e do processo participativo.
- Coleta e sistematização dos dados. Inicialmente os dados foram transcritos de forma semi manual, utilizando o sistema operacional Word, o que demandou muita mão de obra. A partir de 2008, iniciou um segundo processo de elaboração dos dados, proposto pelo UNICEF, com uma nova matriz de indicadores para os três Estados envolvidos na pesquisa (Paraíba, Pernambuco e Alagoas). A sistematização dos dados foi feita utilizando um sistema operacional a partir de um software próprio, que permitia a entrada direta de dados e indicadores gerando relatórios específicos relacionados com os indicadores do projeto “Educação de Qualidade” (UNICEF, 2010, p. 44).

OBSERVAÇÃO: O monitoramento permite um acompanhamento da

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

linha de tendência do quadro quantitativo do rendimento escolar que pode servir como base para uma avaliação mais ampla e qualitativa do processo educativo. Também favorece uma maior integração entre entidades, escolas, familiares e comunidade e permite uma intervenção dos atores sociais na solução dos problemas identificados.

### **3.1.3 Conceitos e Definições que Orientam o Monitoramento**

#### **As cinco boas práticas**

Segundo uma pesquisa da UNICEF (2009, p. 21), existem cinco boas práticas para o direito de aprender: as práticas pedagógicas, a importância do professor, a gestão democrática, a participação da comunidade escolar, a participação dos alunos e as parcerias externas.

#### **Educação de qualidade**

A qualidade da educação oferecida às crianças e jovens brasileiros depende de três fatores:

- a) Da gestão democrática das escolas - que inclui o estabelecimento dos processos e avaliação
- b) Da valorização profissional dos educadores, com a oferta de formação continuada e remuneração justa
- c) E do funcionamento adequado à educação, do qual dependem todas as ações da área educacional.

De acordo com as metas do Plano Nacional de Educação, foi desenvolvido o indicador do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). É um índice que busca garantir a quantidade de recursos necessários para que os compromissos e as conquistas previstos na legislação sejam de fato concretizados.

Em 2008, foi assinado um termo de cooperação com o Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de fazer com que o orçamento da educação, nos próximos anos, já incorpore o CAQi (UNICEF, 2009, pp. 40-41).

## Educação integral

O conceito de Educação Integral encontra o seu fundamento na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente:

“A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição Federal do Brasil de 1988, art. 205)

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão” (Constituição Federal do Brasil de 1988, art. 227)

A educação integral se encontra também no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990:

“A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Par. Único: é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (ECA, 1990, art. 53)

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

Portanto, entende-se por integral a educação que envolve o ser humano em todas as suas dimensões e potencialidades: afetivas, cognitivas, psicossociais, espirituais, físicas, que tem como objetivo a construção de uma cidadania plena, inclusiva e democrática para todas as crianças e os adolescentes, através de sua proteção integral com prioridade aos direitos.

Com efeito, a sociedade não pode exigir deveres e responsabilidades das crianças e dos adolescentes sem ter oferecido os direitos fundamentais da pessoa humana. A educação integral se destina a todos, na medida em que “proporciona uma atenção individualizada que implica reconhecer cada criança e adolescente como sujeito do processo de aprendizagem, reforçando e valorizando sua cultura, seus conhecimentos e suas potencialidades, apoiando-os no enfrentamento de seus desafios” (UNICEF, 2009, p. 13). Mas ela é importante, sobretudo, para os mais vulneráveis, pois se trata de uma estratégia fundamental para quebrar o círculo vicioso da pobreza e reduzir a desigualdade social. (IDEM).

A educação integral prevê a articulação entre vários atores sociais do território: escola, família, comunidade e os órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais) responsáveis pela política educacional.

A escola tem um papel central na relação de integração e corresponsabilidade com outros parceiros para a criação de uma rede de proteção integral da qual participam educadores, educandos, familiares, equipes de saúde e da área ambiental, artistas, atletas, cientistas e gestores das áreas sociais, enfim todos aqueles que pessoal e profissionalmente dedicam-se à tarefa de garantir os direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Não se deve confundir educação integral com “educação em tempo integral”, que é somente um aspecto, ainda que importante, para a efetivação da educação integral: com efeito, se a criança e o adolescente permanecem mais tempo na escola, realizando várias atividades educativas, inclusive com a participação da comunidade, melhora seu rendimento escolar e sua formação como um todo.

## **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) - obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental e 3<sup>a</sup> série do ensino médio) - com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

“Reúne em um só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação, fluxo escolar e desempenho nas avaliações. Com o IDEB ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice permite comparações nacionais e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. O IDEB é também importante por ser condutor das políticas públicas voltadas para a melhoria da educação, uma ferramenta de acompanhamento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE para a educação Básica”(UNICEF, Direito de aprender, 2009, p. 132).

## **Intersetorialidade das políticas sociais**

“A articulação entre a educação e as demais políticas públicas tem importância estratégica na garantia dos direitos das crianças e adolescentes e está vinculada com a educação integral e qualidade da educação. É por meio de esforços conjuntos que se pode atingir maior efetividade na melhoria da sua qualidade de vida”.

“A universalização do direito de aprender exige uma articulação cada vez maior entre diferentes setores do poder público e entre governo e sociedade. Este esforço conjunto é fundamental para potencializar os avanços e reduzir as iniquidades, garantindo que o atendimento e a proteção a nossos meninos e meninas se tornem de fato integrais, como estabelece a Convenção sobre os direitos da Criança”. (UNICEF, 2009, pp. 43,44).

## **Monitoramento e avaliação na construção da educação integral**

Monitoramento é uma observação e registro regular de alguns indicadores relativos à educação, realizados de maneira continuada, por educadores envolvidos com os sujeitos pesquisados que conta com a participação das instituições envolvidas.

Monitoramento é parte de um sistema de mediação de desempenho chamado “marco lógico”, ou seja, um conjunto de indicadores, linhas de base, metas e meios de verificação de resultados.

<sup>1</sup> Índice criado pelo MEC em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.

Linha de base: composta pelo universo pesquisado, no caso em questão crianças e adolescentes e seus familiares de baixa renda, de baixa escolaridade, que vivem no mercado informal e nos bairros periféricos das cidades;

Indicadores: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>1</sup>, desempenho escolar: taxa de aprovação, de repetência, distorção idade/serie. Computam-se também os dados de crianças que freqüentam as atividades promovidas pelos parceiros e das que estão submetidas pela justiça a medidas socioeducativas.

Visitas às escolas para o desenvolvimento de oficinas para gestores e alunos. Com o sistema de monitoramento é possível visualizar o crescimento e desenvolvimento educacional das crianças, o que permite o acompanhamento de resultados quantitativos e qualitativos (UNICEF, 2010, p. 47).

## **Trabalho em rede**

“A REMAR entende por Rede um conjunto de instituições que livremente se associam, com a finalidade de articular, integrar e potencializar um trabalho que vinha sendo realizado individualmente de forma compartimentada. Esta compreensão permite entender, por um lado, que a criança e o adolescente não são responsabilidade de uma única instituição, e, por outro, permite perceber a rede como um espaço que está problematizando e construindo conjuntamente as políticas públicas. Assim, as características da rede são: adesão espontânea, identidade própria, sentimento de pertencimento, missão conjunta, interação e articulação, e divisão de responsabilidade” (REMAR, 2009, P. 20).



“Na sua maioria essas redes são mais do que um conjunto de escolas sob gestão do município. São redes de fato, em que as trocas e os fluxos de informação e os recursos alimentam relações e aprendizagens coletivas, orientadas por um propósito comum: a garantia do direito de aprender. [...] Impulsionam “a abertura para propor práticas e projetos que vão além das medidas formais de capacitação e investimento e a solidariedade, como valorização do compartilhamento das responsabilidades, oportunidades e aprendizagem” (UNICEF, 2009, p. 21).

## **Vulnerabilidade social**

A palavra vem do latim *vulnus*, que significa ferida; por isso, vulnerável é tudo aquilo que está exposto à possibilidade de ser ferido, violado, lesionado, ofendido, danificado. Como tal, a vulnerabilidade pertence à condição humana, mas os fatores socioeconômicos influenciam profundamente o ser humano e sobretudo crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento. Num sentido mais jurídico, vulnerabilidade significa violação ou privação de um direito e constitui um conjunto de situações socioeconômicas que colocam a pessoa numa condição de carência, necessidade, impossibilidade de responder com seus próprios recursos aos desafios que a afetam.

No caso específico, os fatores de vulnerabilidade social são condições inadequadas de moradia e domicílio, trabalho infantil, doenças, falecidos na família, gravidez precoce, baixa renda, familiar com apenado, violência intra-familiar, abuso sexual, etc... Esses fatores influenciam o rendimento escolar.

Segundo Irene Rizzini (2010, pp. 32,33) há seis situações de vulnerabilidade social:

1. Vulnerabilidade associada às condições precárias de vida:
  - a) Situação de pobreza de crianças, adolescentes e famílias;
  - b) Condição de saneamento dos domicílios

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

2. Vulnerabilidade em relação ao contexto familiar:
  - a) Ausência de proteção social à família;
  - b) Nível de escolaridade da mãe;
  - c) Gravidez na adolescência
  
3. Vulnerabilidade associada à violação ao direito à educação
  - a) Desigualdade de acesso à educação;
  - b) Taxa de inadequação série/idade.
  
4. Vulnerabilidade associada ao trabalho infantil:
  - a) Uso do tempo de crianças e adolescentes
  - b) Principais ocupações de crianças e adolescentes que trabalham.
  
5. Vulnerabilidade associada à violação do direito à saúde
  - a) Crianças e adolescentes vítimas de tuberculose e HIV;
  
6. Vulnerabilidade associada à exposição à violência:
  - a) Mortalidade precoce por homicídio.

### 3.1.4 Perfil das Crianças e Adolescentes Monitorados

TABELA Nº 03 - LINHA DE BASE DO MONITORAMENTO  
REMAR/UNICEF 2007-2010

Nº	INSTITUIÇÃO	Linha Base em 2007*	De 2007	De 2008	De 2009	De 2010
01	CASA PEQUENO DAVI	371	305	371	275	174
02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LUCENA	141	141	103	94	80
03	PAMEN: Bayeux	36	36	36	38	30
04	PAMEN:Várzea Nova (Sta Rita)	26	26	26	24	24
05	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	35	30	30	30	30
06	PAMEN: Geisel (J.Pessoa)	30	29	28	31	31
07	CRAS: Alto do Mateus (J.Pessoa)	108	108	104	104	68
08	CRAS: Cristo (J. Pessoa)	103	103	103	98	44
09	Centro Margaridas	70	82	70	24	20
10	PROAFE	80	94	48	25	25
TOTAL		1.000	954	919	743	549

\*OBSERVAÇÃO: O número de alunos monitorados diminuiu no decorrer dos anos pelos seguintes motivos: transferência para outro bairro da mesma cidade ou município; conclusão do ensino médio; atingiu a maior idade, 18 anos (somente o PROAFE atende a maiores de 18 anos). Em outros casos, devidos a problemas de vulnerabilidade social (repetências seqüenciadas,

### ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

trabalho infantil, gravidez precoce, morte na família, casos de morte das próprias crianças e adolescentes, principalmente as em conflito com a lei) as crianças e adolescentes acabam deixando a escola e saindo do monitoramento, porque ficou impossível o acompanhamento.

Por exemplo, no caso das crianças monitoradas em 2008 pela Casa Pequeno Davi, a situação era a seguinte.

TABELA N° 04 - MOTIVOS PELOS QUAIS 96 CRIANÇAS E ADOLESCENTES SAÍRAM DO MONITORAMENTO EM 2008

Motivo	Valor absoluto	Valor em relação ao total (371)
Desistiram da escola	43	11,05%
Transferência de bairro ou município	29	7,82%
Atingiram a maior idade	10	2,70%
Foram encaminhados para o Conselho Tutelar	6	1,60
Trabalho infantil	5	1,35%
Gravidez precoce	3	0,80%
TOTAL	96	25%

### **Características das Crianças e Adolescentes Monitorados**

Segundo um levantamento detalhado sobre a ocupação de cada família, o monitoramento mostra que tanto os pais como as mães tem ocupação no trabalho informal, em atividades tais como pedreiros,

biscateiros, catadores/as de lixo, lavadeiras, vendedores/as ambulantes ou que se declararam apenas como domésticas. Na maioria dos casos não se conseguiram informações sobre a ocupação e, muitas vezes, até mesmo o paradeiro do pai; o que demonstra que as responsáveis pelas crianças e adolescentes são, na sua maioria, as mulheres, mães, tias e avós, irmãs, primas. Uma parcela significativa de crianças estava cadastrada no Programa Bolsa Família, recebendo de R\$ 48 até um máximo de R\$ 142. Quando os pais estavam empregados, a renda familiar podia atingir até um máximo de mil reais.

É preciso, porém observar que o monitoramento acompanhou dois públicos de crianças, adolescentes e jovens com perfis diferentes. Todos eles estão em situação de vulnerabilidade social, porém as crianças e adolescentes atendidos pelo Centro Margarida e pelo PROAFE são de alta complexidade, na maioria dos casos de convivência de rua e/ou submetidos a Medidas Socioeducativas, acolhidos em abrigos, egressos do CEA ou do CETRIM. Há ainda casos de jovens/adultos que foram recolhidos ao presídio. Por isso, a análise do desempenho escolar será feita de maneira separada.

No caso das crianças e adolescentes com vivência de rua, é difícil obter dados objetivos, devido à complexidade e mobilidade do público pesquisado. Os dados que temos se referem ao “Censo meninada” realizado pela Prefeitura de João Pessoa em 1997, 2000, 2003 e à Pesquisa sobre o “Perfil das Crianças e Adolescentes em Situação de rua na cidade de João Pessoa”, de novembro de 2008, realizada pela Professora Fátima Pereira Alberto da UFPB a pedido da Prefeitura de João Pessoa, revelam o seguinte quadro:

Em 1997 havia 131 meninos/as de rua e 217 meninos/as na rua

Em 2000 havia 59 meninos/as de rua e 276 meninos/as na rua

Em 2003 havia 47 meninos/as de rua e 1286 meninos/as na rua

Em 2008 havia 45 meninos/as de rua e 1134 meninos/as na rua

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

Os dados mostram (apesar dos Censos terem sido realizados em diferentes locais da cidade de João Pessoa , em diferentes dias do ano e com diferentes critérios) uma constante: a diminuição dos meninos/as de rua, ou seja, aqueles que moram constantemente na rua com vínculos familiares muito frágeis; e o aumento significativo dos meninos/as na rua, ou seja, que perambulam pelas ruas, às vezes dormem, são vítimas do trabalho infantil, da exploração sexual e das drogas, que tem um alto índice de evasão escolar. Porém, apesar de tudo, eles mantêm algum tipo de vínculo familiar. (Adotamos esta distinção “clássica” Meninos/as de rua e na rua para simplificar o quadro comparativo em diferentes anos, apesar de ser, esta categorização, questionada por vários estudiosos).

### **3.2 RESULTADOS DO 2º MONITORAMENTO (2007-2010)**

O monitoramento atingiu quatro municípios: João Pessoa, Lucena, Bayeux, Santa Rita onde atuam as entidades que fazem parte da REMAR, e envolveu cerca de 50 escolas municipais e estaduais localizadas nos bairros de periferia desses municípios.

A seguir colocamos a lista das escolas por município com os respectivos índices de Desenvolvimento do Ensino Básico IDEB, em 2007 e 2009.

**3.2.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB  
das Escolas Municipais e Estaduais que Participaram do  
Monitoramento em Rede (2007 - 2009)s**

TABELA Nº 05 - IDEB ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

PARC	ESCOLA ESTADUAL OU MUNICIPAL	IDEB 2007	META 2007	Ating. meta	IDEB 2009	META 2009	Ating. meta
CASA PEQ. DAVI (10 escolas)	IDEB GERAL DE JOÃO PESSOA	3.5	3.0	SIM	4.0	3.3	SIM
	EMEF FREI AFONSO	3.2	2.4	Sim	3.2	2.7	Sim
	EMEF SANTOS DUMONT	3.2	2.9	Sim	3.9	3.3	Sim
	EMEIEF MONS JOAO COUTINHO	4.6	1.8	Sim	3.4	2.5	Sim
	EEEF ISABEL MARIA DAS NEVES	Não Inf. NI	NI	Não	NI	NI	Não
	CAIC DAMASIO FRANCA	4.8	3.3	Sim	3.8	3.6	Sim
	EMEF FRUTUOSO BARBOSA	1.7	2.3	Não	2.8	2.6	Sim
	EEEF LUIZ GONZAGA BURITY	NI	NI	Não	NI	NI	Não
	EEEF ANA HIGINA	2.8	NI	Não	2.4	3.0	Não
	EEEF PROFa MARIA GENY DE SOUSA TIMOTEO	3.7	4.7	Não	4.7	5.0	Não
CRAS ALTO DO MATEUS (6 escolas)	EEEFM ESCRITOR HORACIO DE ALMEIDA	2.5	2.5	Sim	3.2	2.7	Sim, somente 8º e 9º ano
	EEEF HENRIQUE DIAS	5.0	3.4	Sim	4.5	3.7	Sim

**Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**

CRAS ALTO DO MATEUS (6 escolas)	EEEF CORACAO DIVINO	2.4	3.1	Não	2.8	3.4	Não
	EMEF DOUTOR SEVERINO PATRICIO	2.9	2.1	Sim	2.7	2.4	Sim somente 8º e 9º ano
	EMEF LUIZA LIMA LOBO	3.6	3.7	Não	NI	4.0	Não
	EMEF ANA NERY	2.0	2.1	Não	2.9	2.6	Sim
CRAS CRISTO/ RANGEL (9escolas)	EMEF PROFESSOR DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES	3.5	2.9	SIM	3.5	3.2	Sim
	EMEF INFANTIL E FUNDAMENTAL SANTA EMILIA DE RODAT	NI	NI	Não	4.6	NI	Não
	EMEF LEONIDAS SANTIAGO	4.2	NI	Não	4.6	4.4	Sim
	EMEIEF PROFESSOR LUIZ MENDES PONTES	2.2	2.9	Não	3.1	3.2	Não
	EMEF AUGUSTO DOS ANJOS	NI	2.9	Não	4.0	3.2	Sim
	EEEFM ESCRITOR JOSE LINS DO REGO	2.5	1.8	Sim	2.8	2.2	Sim somente 8º e 9º ano
	EEEFEM PROFESSORA LILIOSA DE PAIVA LEITE	2.9	3.0	Não	2.5	3.0	Não somente 8º e 9º ano
	EEEIEF PROFESSOR ORLANDO CAVALCANTI GOMES	3.1	2.4	Sim	NI	3.0	Não
CRAS CRISTO/ RANGEL (9escolas)	EEEFM GONCALVES DIAS	3.4	3.2	Sim	3.6	3.5	Sim



PAMEN BAIRRO DO GEISEL (4 escolas)	EMEF FENELON CAMARA	2.8	3.6	Não	4.5	3.9	Sim
	EMEF ECONOMISTA CELSO MONTEIRO FURTADO	3.0	NI	Não	3.4	3.2	Sim
	EMEF DARCY RIBEIRO	3.4	3.2	Sim	4.5	3.6	Sim
	EEEFM CÔNEGO FRANCISCO GOMES DE LIMA	1.4	2.2	Não	2.6	2.5	Sim
PAMEN BAIRRO GROTÃO (4 escolas)	EMEF THARCILLA BARBOSA DA FRANCA	3.6	2.9	SIM	3.3	3.2	Sim
	EMEF PEDRA DO REINO	3.5	2.6	Sim	4.6	3.0	Sim
	EMEIEF MOEMA TINOCO CUNHA LIMA	3.9	2.9	Sim	4.3	3.3	Sim
	EEEFM JOSÉ DO PATROCINIO	3.6	NI	Não	NI	3.8	Não
PROAFE/ FUNDAC (3 escolas)	EMEF CANTALICE LEITE MAGALHAES	3.1	2.6	Sim	4.4	3.0	Sim
	EMEF DUQUE DE CAXIAS	3.2	3.1	Sim	3.0	3.4	Não
	EEEIEFM CONEGO NICODEMOS NEVES	NI	NI	Não	3.8	NI	Não
CENTRO MARG. P. DA SILVA (3 escolas)	EMEF CONEGO JOAO DE DEUS	4.2	2.7	Sim	NI	3.1	Não
	EMEIEF ANALICE CALDAS	3.8	3.7	Sim	4.5	3.6	Sim
	EMEF NAZINHA BARBOSA	3.1	2.7	Sim	4.0	3.0	Sim

**Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**

**TABELA Nº 06 - IDEB DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA**

MUNICÍPIO/ PARCEIROS	ESCOLA ESTADUAL OU MUNICIPAL	IDEB 2007	META 2007	Atingiu Meta	IDEB 2009	META 2009	Atingiu metas
	IDEB GERAL DE SANTA RITA	2.6	2.3	SIM	3.1	2.6	Sim
PAMEN VÁRZEA NOVA (3 escolas)	EMEF SEVERINO BEZERRA CABRAL	2.9	2.6	Sim	NI	3.0	Não
	EMEF ESTEVAO JOSE C CUNHA	2.5	2.4	Sim	3.2	2.7	Sim
	EMEF PROF CARLOS ARNOBIO MAROJA DI PACE	3.4	2.3	Sim	2.5	2.6	Não

**TABELA Nº 07 - IDEB DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX**

PARCEIROS	ESCOLA Municipal ou Estadual	IDEB 2007	META 2007	Atingiu Meta	IDEB 2009	META 2009	Atingiu as metas
	IDEB GERAL DE BAYEUX	2.9	2.6	Sim	3.3	3.0	Sim
BAYEUX	EMEF BERENICE RIBEIRO COUTINHO	3.0	2.5	SIM	2.9	3.0	Não
PAMEN (3 escolas)	EMEF DOM HELDER CAMARA	2.7	2.4	Sim	2.8	2.7	Sim
	EEEF TANCREDO NEVES	3.1	3.1	Sim	2.3	3.4	Não
	EEEFM IRINEU PINTO	2.6	3.0	Não	2.7	3.1	Não

TABELA Nº 08 - IDEB DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LUCENA

PARCEIROS	ESCOLA ESTADUAL OU MUNICIPAL	IDEB 2007	META 2007	Atingiu Meta	IDEB 2009	META 2009	Atingiu as metas
Secretaria Municipal de Educação (3 escolas)	IDEB GERAL DE LUCENA	3.3	2.8	SIM	3.5	3.2	Sim
	ESC MUL ELINORA DORNELAS MONTEIRO	3.2	NI	Não	NI	3.4	Não
	EMEIF AMERICO FALCAO	3.6	2.9	Sim	3.6	3.2	Sim
	EEEFM IZAURA FALCAO DE CARVALHO	3.4	2.4	Sim	3.0	2.9	Sim

Observação: Não encontramos na página do MEC os IDEB da EM Professora Daura Santiago de Lima.

TABELA Nº 09 - RESUMO DO IDEB DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Escolas pesquisadas	Atingiram ou superaram a meta em 2007	Não atingiram a meta em 2007	Atingiram ou superaram a meta em 2009	Não atingiram a meta em 2009
47	29 (61,7%)	18 (38,3%)	29 (61,7%)	18 (38,3%)

### Comentário

Esses resultados estão em conformidade com os resultados do IDEB da Paraíba, onde em 2007 63,3% das escolas haviam atingido ou superado a meta.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

A maioria das escolas apresenta um IDEB inferior à média nacional que em 2007 era de 4,2 e em 2009 de 4,6 para os anos iniciais e 3,8 e 4,0 para os anos finais do ensino fundamental.

Com relação ao IDEB do Estado da Paraíba, podemos observar que a maioria das escolas monitoradas não alcançou a média estadual, de 3.4 para 2007 e 3.9 para 2009. Em relação ao município de João Pessoa somente 14 escolas (36%) sobre 39 conseguiram um IDEB igual ou superior a 3.5, média do IDEB do Município. Nos outros municípios, o IDEB das escolas pesquisadas está dentro da média do município onde estão localizadas, porém todas estas a baixo de 3.6.

O IDEB está começando a entrar na rotina das escolas, a grande maioria dos gestores têm conhecimento do índice e ele começa a ser divulgado entre os professores e alunos e a comunidade, e o próprio monitoramento ajudou neste sentido. Os gestores estão começando a se preocupar e se mobilizar para melhorar os índices, que - com algumas exceções - estão ainda entre os mais baixos do Brasil e do Nordeste.

### **3.2.2 Desempenho Escolar 2007-2010**

Devido aos diferentes tipos de público pesquisado, desagregamos os dados de desempenho escolar em dois grupos: um com o Centro Margarida e o PROAFE que atendem um público de maior vulnerabilidade social, e o outro com as outras entidades pesquisadas.

Dados do Desempenho Escolar Excluindo o Centro Margarida e o  
PROAFE

TABELA Nº 10 - DESEMPENHO ESCOLAR EM 2007

(Excluindo Centro Margarida e PROAFE)

Nº	INSTITUIÇÃO	DE 2007	Aprov.	Reprov.	Evasão	Transf.	Não inform.
01	CASA PEQUENO DAVI	305	226 (74%)	66 (21.6%)	7 (2,3%)	----	6 (2%)
02	REDE LOCAL DE LUCENA	141	93 (65%)	33 (23,2%)	2 (2%)	4 (2,8%)	9 (7%)
03	PAMEN: Bayeux	36	27 (75%)	9 (25%)	---	---	---
04	PAMEN:Várzea Nova (Sta Rita)	26	22 (84,6%)	4 (15,3%)	----	---	---
05	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	30	28 (93,3%)	2 (6,6%)	----	---	---
06	PAMEN: Geisel (J.Pessoa)	29	14 (48,2%)	14 (48%)	1 (3,5%)	----	---
07	CRAS: Alto do Mateus (J.Pessoa)	108	73 (67,6%)	29 (26,8%)	4 (3,7%)	2 (2%)	----
08	CRAS: Cristo /Rangel (J. Pessoa)	103	75 (73%)	20 (19,4%)	6 (5,8%)	2 (1,9%)	-----
PARCIAL 2007		778	558 (71,5%)	177 (22,7%)	20 (2,5%)	8 (1%)	15 (1,9%)
Centro Margarida e PROAFE		176	----	----	----	----	----
TOTAL GERAL		954	----	----	----	----	----

*Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

TABELA Nº 11 - DESEMPENHO ESCOLAR EM 2008

(Excluindo Centro Margarida e PROAFE)

Nº	INST.	DE 2008	Aprov.	Reprov.	Evasão	Transf.	Não inform.
01	CASA PEQUENO DAVI	371	266 (72%)	52 (14%)	14 (3,7%)	29 (7,8)	10 (2,8)
02	REDE LOCAL DE LUCENA	103	77 (75%)	17 (16,5%)	6 (6%)	3 (2,9%)	---
03	PAMEN: Bayeux	36	34 (94%)	2 (6%)	---	---	---
04	PAMEN: Várzea Nova (Sta Rita)	26	24 (91,7%)	---	2 (8,3%)	---	---
05	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	30	25 (83%)	4 (13,3%)	1 (3,3%)	---	---
06	PAMEN: Geisel (J.Pessoa)	28	19 (68%)	6 (21,5%)	1 (3,5%)	2 (7,2%)	---
07	CRAS: Alto do Mateus (J.Pessoa)	104	70 (67,2%)	15 (14,4%)	4 (3,8%)	15 (14,4)	----
08	CRAS: Cristo /Rangel (J. Pessoa)	103	58 (56,8%)	23 (22,4%)	5 (5%)	6 (6%)	11 (11%)
Parcial 2008		801	573 (71,5%)	119 (14,8%)	33 (4,1%)	55 (6,8%)	21 (2,6%)
Centro margarida e PROAFE		118					
TOTAL		919					

TABELA Nº 12 - DESEMPENHO ESCOLAR EM 2009

(Excluindo Centro Margarida e PROAFE)

Nº	INST.	De 2009	Aprov.	Reprov.	Evas.	Transf.	Não inform.
01	CASA PEQ. DAVI	275	136 (50%)	71 (26%)	14 (5%)	30 (11%)	24(8%)
02	SEC. DE EDUC. DE LUCENA	94	63 (67%)	15 (16%)	5 (5,3%)	5 (5,3%)	6 (6,30%)
03	PAMEN: Bayeux 38	38	22 (58%)	10 (26%)	2 (5%)	3 (8%)	1 (2,6%)
04	PAMEN: Várzea Nova (Sta Rita)	24	19(79%)	2(8%)	---	---	3(2,5%)
05	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	30	21(70%)	5(16,6%)	4(13,3%)	---	---
06	PAMEN: Geisel (J.Pessoa)	31	14(45%)	7(22,5%)	3(10%)	3(10%)	4(12%)
07	CRAS: Alto do Mateus (J. Pessoa)	104	69(66,3%)	4 (3,8%)	13(12,5%)	12(16,6%)	6(5,5%)
08	CRAS: Cristo /Rangel (J. Pessoa)	98	48(49%)	9(9%)	14(14%)	21(22%)	6(6,8%)
Parcial 2009		694	392(56,4%)	123(17,7%)	55(7,9%)	74(10,7%)	50(7,2%)
Centro Margarida e PROAFE		48					
TOTAL GERAL		742					

*Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

TABELA Nº 13 - DESEMPENHO ESCOLAR EM 2010

(Excluindo Centro Margarida e PROAFE)

Nº	INSTITUIÇÃO	De 2010	Aprov.	Reprov	Evasão	Transf	Não inform
01	CASA PEQ. DAVI	174	132 (75,8%)	32(18,4%)	----	10(5,7%)	----
02	SECRET. DE EDUC. DE LUCENA	73	51 (69%)	10(13,6%)	-----	-----	12(16,4%)
03	PAMEN: Bayeux	32	19 (59,3 %)	3 (,3%)	-----	4(12,5%)	5 (15,6%)
04	PAMEN: Várzea Nova (Sta Rita)	24	20 (83%)	3 (12,5%)	1 (4,1)	---	---
05	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	35	26 (74%)	8 (22%)	1 (2,8%)	----	----
06	PAMEN: Geisel (J.Pessoa)	30	15 (50%)	9(30%)	2 (6,6%)	2 (6,6%)	2 (6,6%)
07	CRAS: Alto do Mateus (J. Pessoa)	78	28 (35,8%)	5 (6,4%)	14 (17,9%)	31 (39%)	---
08	CRAS: Cristo /Rangel (J. Pessoa)	75	47 (62,6%)	16(21,3%)	7 (9,3%)	3 (4%)	1 falecido 1 sem inf.
Parcial 2010		521	338(64,8%)	86(16,5%)	25(4,8%)	50(9,6%)	21 (4%)
Centro Margarida e PROAFE		74					
TOTAL GERAL		595					



TABELA Nº 14 - SÍNTESE DO DESEMPENHO ESCOLAR 2007-2010  
(excluindo Centro Margarida e PROAFE)

<b>ANO</b>	<b>Total alunos</b>	<b>Aprov.</b>	<b>Reprov.</b>	<b>Evasão</b>	<b>Transf.</b>	<b>Não inform.</b>
Total 2007	778	558 (71,5%)	177 (22,7%)	20 (2,5%)	8 (1%)	15 (1,9%)
Total 2008	801	573 (71,5%)	119 (14,8%)	33 (4,1%)	55 (6,8%)	21 (2,6%)
Total 2009	694	392 (56,4 %)	123 (17,7%)	55 (7,9%)	74 (10,7%)	50 (7,2%)
Total 2010	521	338 (64,8%)	86 (16,5%)	25 (4,8%)	50 (9,6%)	21 (4%)

**Resultados do Centro Margarida e PROAFE**  
**Desempenho Escolar 2007-2010**  
**(Centro Margarida e PROAFE)**

O caso do Centro Margarida e do PROAFE devem ser analisados de maneira separada, porque são entidades que atuam com crianças e adolescentes de alta e complexa vulnerabilidade social, incluindo jovens até 21 anos de idade, na sua maioria com vivência de rua e/ou egressos das Medidas Socioeducativas. Egressos são os adolescentes e jovens que passaram por Medidas Socioeducativas no Centro de Triagem (CETRIM), Centro Educativo para Adolescentes (CEA) e Centro Educativos para Jovens (CEJ) e Casas Educativa e Semi liberdade.

**Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**

**TABELA Nº 15 - DESEMPENHO ESCOLAR DE 2007**

(Centro Margarida e PROAFE)

Instituição		DE 2007	Aprov	Reprov	Evasão	Transf	Não inform.
09	Centro Margarida	82	3 (3,6%)	41 (50%)	36 (43,9%)	----	2 (2,4%)
10	PROAFE	94	9 (9,5%)	7 (7,4%)	63 (67%)	----	12**
TOTAL		176	12 (6,8%)	48 (27,2%)	99 (56,25)*	----	14 (7,9%)

\*Observação: Desse total de crianças e adolescentes que evadiram: 2 reincidiram no ato infracional e foram recolhidos ao presídio, por ter alcançado a maior idade; 8 foram recolhidos no CETRIM e CEA; 1 faleceu, vítima de assassinato!

\*\* Dos 12 sem informação, 10 não foram mais encontrados apesar da assistente social ter consultado os Centros de Acolhimento (CETRIM e CEA).

**TABELA Nº 16 - DESEMPENHO ESCOLAR DE 2008**

(Centro Margarida e PROAFE)

Instituição		DE 2008	Aprov.	Reprov	Evasão	Transferência	Não inform.
09	Centro Margarida	70	6 (8,5%)	17(24,2%)*	47(67,1%)**	17 (24,2%)***	----
10	PROAFE	48	11(22,9%)	9 (18,7%)	24 (50%)****	----	4 (8,3%)
Parcial		118	17(14,4%)	26 (22%)	71 (60%)	17 (14%)	4 (3,4%)

\* Dos 17 reprovados apenas 8 voltaram a freqüentar a escola em 2009, os outros abandonaram a escola devido às inúmeras e seguidas reprovações que fizeram com que não conseguissem passar do 2º ano. Um outro motivo de reprovação foi a gravidez precoce de duas meninas.

\*\*Observação: entre os motivos da evasão da escola: 16 foram para os abrigos de recuperação psiquiátrica ou de cumprimento de medidas socioeducativas, 16 continuaram na vivência na rua, 5 evadiram da escola para voltar ao trabalho infantil, um faleceu.

\*\*\*Observação: as 17 “transferências” devem ser entendidas como adolescentes que o Centro Margarida conseguiu reintegrar às famílias de origem em outros municípios como Campina Grande, Mamanguape, Bayeux, Santa Rita.

\*\*\*\* Dessas evasões 5 reincidiram ou foram recolhidos no CEA ou CETRIM e 01 faleceu, vítima da violência urbana.

TABELA Nº 17 - DESEMPENHO ESCOLAR DE 2009

(Centro Margarida e PROAFE)

Instituição		DE 2009	Aprov	Reprov	Evasão	Transf.	Não inform.
09	Centro Margarida*	----	-----	-----	-----	-----	-----
10	PROAFE	48	11 (22,9%)**	9 (18,7) %	23 (47,9%)***	-----	5 (10,4%)

\*observação: não temos dados do Centro Margarida relativos à 2009 devido à mudança de funcionamento da entidade e do local.

\*\*Dos 11 aprovados 3 eram do ensino médio, e um foi concluinte do ensino médio e prestou vestibular.

\*\*\* Dos que evadiram, 6 reincidiram, ou seja, retornaram ao sistema de Medidas Socioeducativas; 3 faleceram vítimas da violência urbana!

TABELA Nº 18 - DESEMPENHO ESCOLAR DE 2010

(Centro Margarida e PROAFE)

Instituição		DE 2010	Aprovados	Reprov	Evasão	Transf	Não inform.
09	Centro Margarida	26	12 (46,1%) EJA - SE LIGA*	*	5** (19%)	7*** (27%)	2 (7,6%)
10	PROAFE	48	6 (13,1%)	---	35 (72,9%)****	1 (2 %)	6 (12,5%)
Parcial 2010		74	18 (24,3 %)	----	40 (54%)	8 (11%)	8 (11%)

\* Essa tabela não tem indicação de reprovação, porque os adolescentes estão sendo acompanhados pelo Programa de Educação de Jovem e Adultos (EJA) ou programa SE LIGA, que não tem aprovação por ano, mas por ciclo.

\*\* Dos 4 que deixaram a escola 2 estão no CEA e dois voltaram para a rua, e uma outra é uma menina que está ameaçada pelo tráfico.

\*\*\* Esses 7 foram reintegrados à família sem informação sobre o rendimento escolar. Três deles são irmãos que perderam a mãe e foram entregue à tia em guarda provisória; outros dois irmãos com mais de 18 anos que estão morando junto, estudando e trabalhando. Outros dois irmãos mudaram de Estado, foram “recambiados” para o Piauí.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

\*\*\*\* Entre os motivos da evasão escolar: 5 reincidiram, 01 faleceu, e 5 foram incluídos no mercado de trabalho.

Segundo a assistente social, em 2010 houve um aumento da evasão porque alguns alunos do pró-jovem desistiram de freqüentar por ameaças.

Observação: todos os alunos estão com distorção idade/série:

TABELA Nº 19 - SÍNTESE DESEMPENHO ESCOLAR 2007-2010  
(Centro Margarida e PROAFE)

<b>Ano</b>	<b>Total alunos</b>	<b>Aprov</b>	<b>Reprov.</b>	<b>Evasão</b>	<b>Transferência</b>	<b>Não inform.</b>
2007	176	12(6,8%)	48 (27,2%)	99 (56,25)	----	14 (7,9%)
2008	118	17 (14,4%)	26 (22%)	71 (60%)	17 (14%)	4 (3,4%)
2009	48*	11 (22,9%)	9 (18,7) %	23 (47,9%)	-----	5 (10,4%)
2010	74	18 (24,3 %)	----	40 (54%)	8 (11%)	8 (11%)

Observação: em 2009 faltaram os dados do Centro Margarida.

Esses indicadores conferem com os dados nacionais. Segundo o levantamento nacional sobre atendimento institucional de adolescentes em conflito com a lei, publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada IPEA em 2003, 51% dos adolescentes que cumpriam a Medidas Socioeducativas, não freqüentavam a escola no momento do ato infracional, apesar de a maioria deles, (76%) ter entre 16 e 18 anos e portanto idade suficiente para cursar o ensino médio, quase 90% não haviam concluído o ensino fundamental. Acerca de 6% eram analfabetos. (ver UNICEF, 2009, p. 48).

### **Dados sobre a Distorção Idade/Ano**

Outro dado preocupante se refere à distorção idade/ano, como pode ser visto nessas duas tabelas relativas a 2008 e 2009.

Tabela Nº 20 - Taxa de distorção idade/ano em 2008

Nº	Entidade	Total de alunos	Alunos fora da faixa idade/ano	Taxa de distorção
01	CASA PEQUENO DAVI	371	310	83 %
02	REDE LOCAL DE LUCENA	101	79	78 %
03	PAMEN: Bayeux	36	29	80 %
04	PAMEN: Várzea Nova (Sta Rita)	26	19	73%
05	PAMEN: Grotão (João Pessoa)	30	23	76%
06	PAMEN: Geisel (J.Pessoa)	29	17	58%
07	CRAS: Alto do Mateus (J.Pessoa)	104	86	82%
08	CRAS: Cristo /Rangel (J. Pessoa)	103	83	80%
09	Centro Margarida Pereira	70	64	91 %
10	PROAFE	48	46	96 %
	TOTAL	918	756	80%

ESTADO DA PARAÍBA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Tabela Nº 21 - Distorção Idade/Ano em 2009

Ano	Mat. Final (A)	Até 10 anos	Até 11 anos	Até 12 anos	Até 13 anos	Até 14 anos	Até 15 anos	Mais de 15 anos	Total de Alunos com Idade Superior ao Ano Respectivo (B)	Taxa de Distorção (B/A) x 100
6º	227	03	56	62	40	30	19	17	224	98,67%
7º	144	01	09	39	41	32	08	14	134	93,05%
8º	105	-	01	08	37	28	18	13	96	91,42%
9º	92	-	-	-	06	36	23	27	86	93,47
Total	568	04	10	08	06	-	-	-	540	95%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Observação: os alunos nos quadros evidenciados estão na situação de adequação idade/ano de escolaridade.

### **3.2.3 Homicídios de Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência Urbana**

Chama a atenção, nesses dados, o número de adolescentes e jovens falecidos. De 2006 a 2010 foram registradas 13 mortes entre as crianças e adolescentes acompanhados pelo PROAFE, uma das acompanhadas pelo Centro Margarida e uma pelo CRAS bairro do Cristo: sabemos que se trata de morte não por causas naturais, mas pela violência, sobretudo ligada ao tráfico de drogas!

TABELA Nº 22 - Jovens Falecidos Vítimas da Violência Urbana

Nº.	Ano	Nº cadastro REMAR	Nome	Idade/bairro/escola?	Causa da morte
1	Abril 2006	600225	José Carlos da Silva Ataíde	Fora da escola/ PROAFE	Assassinado
2	Julho 2006	600096	Cristiano de Azevedo Gama	Fora da escola/ PROAFE	Assassinado
3	Agosto 2006	600112	Davi da Silva Santos	EEEF padre Ibiapina/ PROAFE	Assassinado
4	Dezembro 2006	600124	Luan Alves de Lima	Fora da escola/ PROAFE	Assassinado
5	2006	100040	José Ricardo Laurentino	Centro de Formação Margarida P. da Silva	Assassinado
6	Março 2007	600086	Rafael Jefferson do Nascimento	Fora da escola/ PROAFE	Assassinado
7	5.11.2008	600021	Flávio Oliveira Rodrigues	EEEF Almirante Saldanha/ PROAFE	Assassinado
8	2009	600041	Roberto Pessoa de Lavor	EEEF Nazinha Barbosa / PROAFE	Assassinado
9	2009	600042	Rodrigo Gerônimo Soares da Silva	EM Arnaldo de Barros/ PROAFE	Assassinado

10	Outubro 2009	600020	Flávio Alves Moraes	E. Municipal Frei Afonso/PROAFE	Assassinado
11	2009	600022	Gilberto Santos da Silva	Fora da escola/ PROAFE	Assassinado
12	10.08.2010	600027	Jefferson Santos Borges	Escola Municipal João Santacruz/ PROAFE	Assassinado
13	Dezembro 2010	-----	Carlos Douglas Teixeira de Lima	Escola Municipal Dumerval Trigueiro Mendes/ CRAS Cristo/Rangel	Assassinado

O número altíssimo de assassinatos de crianças, adolescentes e jovens, que vêm aumentando assustadoramente, sobretudo nesses últimos anos, revela o agravamento constante da violência urbana das periferias que ocorre na ausência de uma efetiva política pública de segurança e proteção social (Ver os dados do mapa da violência 2011).

Um Estado que não garante o direito fundamental à vida dos seus cidadãos não pode ser considerado um Estado de Direito. No entanto, como esta violência ocorre nas periferias e entre as classes populares, o Estado não toma as devidas providências e a sociedade acaba por “se acostumar”, por tolerar o intolerável, por considerar “normal” este extermínio cotidiano, que se compara somente com países em estado de guerra.

### **3.3 DEPOIMENTOS**

#### **3.3.1 Exemplos de sucesso e de insucesso na escola e na vida**

##### **CASA PEQUENO DAVI (CPD)**

**Casos de sucesso acompanhados pela Casa Pequeno Davi e relatados por uma educadora.**

G.M.S.S., 17 anos (sexo feminino)

Esta aluna é uma das que conseguiram concluir o Ensino Médio. Podemos verificar que a estrutura familiar ajudou para que ela tivesse sucesso escolar e condições de entrar na Universidade. Tem família que acompanha as atividades escolares, consegue acompanhar os estudos, mesmo tendo mudado de escola nos últimos 3 anos. Fez oficina de dança popular nesses últimos três anos. A relação idade-ano é regular.

Tem uma atuação no protagonismo juvenil e participa de intercâmbio de adolescente e é atuante na comunidade em que reside - Roger.

C.J.S., 16 anos (sexo feminino)

Apesar da pobreza extrema em que a família dela se encontra, a mãe acompanha atentamente a vida dos filhos que participam da CPD há mais de 10 anos. A adolescente apresenta muita timidez, mas ainda consegue participar de aulas de música e chegou ao 9º ano do Ensino Fundamental permanecendo na mesma escola nestes últimos três anos. Mesmo apresentando distorção idade/ano, não falta na escola e nas oficinas da CPD e tem uma mãe que, mesmo analfabeta, participa de todas as formações da instituição e consegue procurar os equipamentos/serviços públicos de forma organizada, quando necessário.

N.A., 15 anos (sexo feminino)

Participou durante cerca de 7 anos nas atividades da CPD. A mãe morreu vítima de câncer, o pai tem envolvimento com drogas, apesar disso, nesses últimos



anos, não foi reprovada e ao que tudo indica chegará ao 3º ano do Ensino Médio dentro da faixa de idade.

Tem retaguarda familiar de parentes, mesmo vivendo em condições críticas, participa de Igreja Evangélica, e foi uma aluna atuante durante o período que participou da Casa Pequeno Davi. Fez artes plásticas nos últimos anos.

### Casos de insucesso acompanhados pela Casa Pequeno Davi

L.I.S., 16 anos (sexo masculino)

Pai ausente, mãe viciada em crack, saiu da CPD quando soube que seria necessário estar matriculado e freqüentar a escola para participar das atividades. Não consegue ir à escola, mesmo sendo matriculado pela mãe (que apesar de ser usuária de crack ainda procura ajuda para colocar o filho na escola). Não consegue concluir os Ciclos do EJA.

A mãe tem como forma de tratamento internação anual em hospital psiquiátrico de João Pessoa e, não consegue, apesar dos esforços, abandonar o uso do crack. Sob seus cuidados ainda estão também dois outros menores que ainda freqüentam a escola, apesar das faltas freqüentes. Fez oficina de futebol nos últimos anos que participou da CPD.

L.C.F.M, 17anos (sexo masculino)

A família vive em condições de miséria absoluta e, segundo a mãe, o menino foi registrado em data errada pelo pai, fazendo com que no seu registro de nascimento ele tenha 18 anos. A mãe é analfabeta, não consegue acionar os serviços públicos de saúde (tem medo de ir ao dentista e provavelmente também não vai ao posto de saúde, pois queixa-se constantemente de problemas de saúde).

Disse que não consegue aprender e que falta na escola para jogar bola, que é o que ele mais gosta de fazer. Não consegue concluir o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Já tem parceira fixa e provavelmente será pai este ano.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

A.T.P., 15 anos (sexo masculino).

Deixou a escola este ano, devido aos familiares terem problemas com a justiça e serem jurados de morte na comunidade. Mudou-se para Cabedelo e até a presente data não conseguiu transferência para outra escola. Não concluiu o Ciclo do EJA .

Mostra-se capaz no diálogo e interessado em resolver a situação escolar, mas a negligência familiar, os problemas de violência e drogas na família são fatores desencadeadores do abandono escolar.

***Ana Raquel de Oliveira França - Psicóloga***

PASTORAL DO MENOR-PAMEN /CENTRO COMUNITÁRIO BOM JOSÉ (CBJ/  
Período de 2007 a 2010).

Casos de sucesso acompanhados pela PAMEN e  
relatados por uma educadora

D. (sexo feminino)

Aluna das Escolas Municipais “Maria Ruth de Sousa” e “Economista Celso Furtado”, foi aprovada, sucessivamente do 4º para o 8º. Os principais fatores que proporcionaram esse bom rendimento podem se relacionar com o contexto do próprio núcleo familiar, que - embora com dificuldades de sobrevivência e a perda de um filho adolescente, há uns 6 anos, pela violência da Polícia dentro da própria comunidade -, cultiva valores fundamentais. A mãe é muito presente no processo educativo dos filhos, tanto na escola como no CBJ e na sua confissão religiosa. Manifesta interesse pelo estudo, como também pela participação em atividades educativas complementares à Escola no CBJ/PAMEN.

A.(sexo masculino).

Aluno das Escolas Municipais “Maria Ruth de Sousa” e “Economista Celso Furtado”, foi aprovado, sucessivamente do 2º para 6º. Os principais fatores

que proporcionaram esse bom rendimento podem se relacionar com o núcleo familiar dele, que embora com significativas dificuldades, lhe proporciona as condições básicas para o seu rendimento escolar. Entre as dificuldades se destacam: a falta de meios para a sobrevivência e ausência do pai na família. Como fatores positivos, constata-se que a mãe, embora analfabeta e de pouca comunicação, consegue conduzir seus quatro filhos, todos crianças/adolescentes com segurança. Ela também se faz presente em reuniões de familiares que se realizam no CBJ/PAMEN. Manifesta interesse pelo estudo, bem como pelas atividades do PETI. Embora ele tenha ingressado na Escola já com nove anos de idade se integrou muito bem, prosseguindo sempre sem nenhuma reprovação.

### Casos de insucesso acompanhados pela PAMEN e relatados por uma educadora.

N. (sexo feminino) e J.E., (sexo masculino)

N., aluna da Escola Municipal “Fenelon Câmara”, em 2007/2008 frequentou o 2º ano e em 2009/2010, o 3º sendo que para 2011 foi reprovada. J.E., aluno da Escola Municipal “Fenelon Câmara”, em 2007/2008 frequentou o 5º ano e em 2009/2010, o 6º, sendo que para 2011 foi reprovado. N. e J.E. são irmãos, que vivem no seguinte contexto escolar e familiar:

Quanto ao núcleo familiar: A mãe de N. e de J.E., no início da década passada, esteve no presídio durante três anos por motivo de tráfico de drogas. Ao sair, voltou para sua casa nesta comunidade e após algum tempo foi presa, outra vez por tráfico e passou mais uns três anos no presídio. Nesse tempo, até a presente data, N. e J.E. estão entregues aos cuidados da avó materna, que colabora com a sobrevivência da própria família fazendo coleta de lixo reciclável. Segundo informações, a mãe saiu do presídio, mas não voltou para

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

sua família/comunidade; passou a ser moradora de rua no centro da cidade. N. manifesta muita vontade de se encontrar com a mãe, mas a avó por enquanto, não está apoiando a busca da mesma.

Quanto à Escola: N. vai repetir pela 3ª vez o 3º ano letivo e, ainda não sabe ler. No 2º semestre/2010 teve acompanhamento psico-pedagógico, com o objetivo de motivar a aprendizagem da leitura, mas o resultado ainda não foi alcançado. Ela é muito ativa e se comunica bem, mas tem grande dificuldade de concentração, bem como na relação de grupo. J. E. aprendeu a ler, mas manifesta fraca motivação pela aprendizagem escolar e frequência ao PETI.

***Irmã Terezinha Luiza Prezzi/ P/Coordenação do CBJ/PAMEN***

### **CRAS DO ALTO DO MATEUS - JOÃO PESSOA Casos de sucesso acompanhados pelo CRAS e relatados por uma assistente social.**

O.A.S., 17 ANOS (sexo masculino).

O jovem vem sendo monitorado pelo CRAS desde 25.08.2008, tendo sido incluído no “Pró-jovem Adolescente” em 2010, realizado no CRAS. Hoje é aluno da EEEFM “Escritor Horácio de Almeida”, cursando o 1º ano do Ensino Médio. Já estudou em outras escolas da comunidade, como a EM “Coração Divino” onde repetiu a primeira série por três vezes e foi transferido na EM “Severino Patrício”, por ter concluído o ensino fundamental; repetiu também a V série por 2 anos.

A família do jovem é composta por 6 pessoas, ele, a mãe, auxiliar de serviços gerais, o pai pescador e os irmãos R. de 13, D. de 16 e OT. De 22 anos. O. nos relatou que seus pais reclamavam bastante com ele, pois os desobedecia muito e diversas coisas que fazia desagradavam a sua família. Já com seu irmão não havia um bom diálogo nem cumplicidade e companheirismo. O jovem chegou a provar um tipo de droga não identificada pelo mesmo e afirmou que o

cheiro era bom, mas o gosto não o agradou; por isso, não continuou a usá-la. Com relação aos estudos O. freqüentava a escola, mas não ia com intenção de aprender e sim, para se divertir, bagunçar a atrapalhar professores e colegas de sala de aula, da mesma forma acontecia no “Pró-Jovem Adolescente”.

Hoje, com o monitoramento e a inclusão no “Pró-Jovem Adolescente”, O. mudou bastante e foi eleito presidente do coletivo do programa. Este fato acarretou várias mudanças em sua vida: em casa não discute mais como antes com seus pais e irmãos, havendo agora mais diálogo e compreensão entre eles; na escola está se esforçando para melhorar a aprendizagem, se dedicando às atividades e aos trabalhos escolares. Melhorou muito o comportamento tanto na sala de aula, quando no Pró-Jovem Adolescente. Talvez um fator favorável foi a eleição para presidente do coletivo que lhe permitiu de exercer o protagonismo juvenil.

### Casos de insucesso acompanhados pelo CRAS

Jefferson da Luz Santos – 16 anos.

O jovem foi assassinado no dia 20/01/2011 no Bairro do Alto do Mateus. Segundo o depoimento de moradores que o conheciam, o adolescente não estava mais na escola, que havia deixando ainda quando era criança; depois de ser tornar adolescente se matriculava, mas logo desistia. Estava envolvido com drogas entre outras coisas da vida do crime.

Jonathan Barbosa – 17 anos.

O jovem foi assassinado em 2011 no bairro Alto do Mateus. Segundo o depoimento de moradores que o conheciam o adolescente estava na 5ª série da Escola Municipal Severino Patrício e estava envolvido com drogas.

*Albaneidy Bernardino dos Santos - Assistente Social*

DEPOIMENTO DE UM JOVEM PROTAGONISTA

Antonio Carlos V. C. Júnior - 15 anos

Natural de João Pessoa, de família humilde e numerosa (10 irmãos), perdeu o pai quando tinha dois anos. Para ajudar nas despesas de casa pegava frete nas feiras livres nos finais de semana. Entrando na PAMEN, a sua vida mudou de perspectiva, começou a participar dos espaços de liderança do protagonismo infanto-juvenil, no Conselho Diocesano de Adolescentes da PAMEN, no Fórum DCA e na REMAR e das Conferências municipais, estaduais e nacionais. Frequenta o 2º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Prefeito Osvaldo Pessoa, sem ter repetido de ano.

No dia 13 de julho de 2010, durante a comemoração dos 20 anos do ECA, no Ponto Cem Reis no centro de João Pessoa, durante a cerimônia de entrega da carta Proposta aos poderes públicos da Região Metropolitana de João Pessoa, foi escolhido para pronunciar o discurso que reproduzimos a seguir.

“Antes de pensar na redução da maioridade penal, devemos nos preocupar em pensar em possibilidades de ação, em estratégias de enfrentamento à questão das infrações cometidas por adolescentes. É preciso que o ECA seja absorvido pela população como um instrumento de ação que nos permite acreditar numa mudança social, como base para a construção de novos cidadãos. A discussão, então, não seria em cima da redução e sim em torno da condução das medidas socioeducativas, questionando as bases legais propostas e a realização da práticas.

A questão da maioridade penal não se limita apenas ao âmbito jurídico de reformulação das leis que determinam a idade de imputabilidade do adolescente. O adolescente é um sujeito em desenvolvimento biológico, social e psicológico, dessa forma todos esses fatores atravessam a questão da redução da maioridade penal.

Reduzir a maioridade penal não reduz a violência: ameaça não previne e punição não corrige. Esta ação estaria voltada para tratar o efeito e não a

causa, encarcerando mais cedo a população pobre jovem, ao invés de oferecer outro destino ou possibilidade.

Ou seja, com a medida de redução, o Estado se coloca cada vez mais isento do compromisso com as famílias, não somente dos adolescentes em conflito com a lei. A solução não se resume na redução da maioridade penal, mas na construção de políticas públicas e educativas realmente preocupadas em atender todas as famílias, tendo como meta uma adolescência integralmente sadia;

A partir do ECA (1990), emerge no contexto social outra concepção sobre crianças e adolescentes no Brasil, ou seja, estes passam a ser considerados como sujeitos de direitos, como indivíduos em processo de desenvolvimento que merecem maior atenção estatal, não perdendo de vista que os âmbitos familiar e comunitário, quando oportunos para esse desenvolvimento bio-psico-social, são essenciais para a emancipação desse segmento.

Diante da conjuntura de contradições presentes em nossa sociedade capitalista, esta responsável pela apropriação de riquezas e produtor de desigualdades, percebemos que a redução de maioridade penal apresenta-se como um retrocesso na luta pela efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, onde esse segmento perde a condição de “sujeitos de direito”, tornando-se mais um marginalizado, sem acesso aos programas sociais e às possibilidades de crescimento pessoal e profissional.

Necessária se faz uma reforma do sistema educacional do país que favoreça a inserção e permanência das crianças e dos adolescentes nesse espaço, pois a educação tem um valor fundamental na formação desses, colaborando para maiores oportunidades sociais. Uma possível solução seria investir mais na educação e em programas culturais, esportivos, em fim em outros meios propícios aos seus estágios de vida”.

*Antonio Carlos V. C. Júnior*

### **3.3.2 - Depoimentos dos Parceiros sobre o Monitoramento em Rede**

Esses depoimentos fazem referência a quatro perguntas:

- 1) Qual foi a contribuição do monitoramento para a sua instituição?
- 2) Quais foram as mudanças que ocorreram com as crianças e adolescentes monitoradas?
- 3) Quais as dificuldades encontradas no processo de monitoramento?
- 4) Você acha importante dar continuidade ao monitoramento? Como?

#### **CASA PEQUENO DAVI**

O monitoramento ajudou no desempenho das crianças e dos adolescentes?

O monitoramento ofereceu um olhar mais atento às crianças que vivem em situação mais vulnerável na Casa Pequeno Davi. Podemos perceber a participação das crianças na Casa, quantos anos passam em média, e seu desempenho escolar; os dados recolhidos permitiram a ajuda as famílias em desenvolver competências básicas na educação dos filhos, além de detectar problemas de ordem, psicológica, social e de saúde que afetam o desempenho das crianças na Escola.

É importante salientar que conseguimos manter as turmas sem tanta desistência durante o ano, e quando o /a aluno/a se desliga, tivemos um cuidado maior na obtenção de dados para saber desencadear este processo. Dificuldades encontradas.

Na Casa Pequeno Davi: Algumas crianças e adolescentes precisam realmente de um tratamento que é de competência do poder público e infelizmente, algumas não obtiveram sucesso pela ineficácia de órgão do governo no tratamento de casos como: drogadição, violência doméstica e outros fatores que afetam o desempenho da criança e do adolescente.

Tivemos muitos desafios na obtenção das notas e faltas das crianças nas escolas, pois trabalhamos com cerca de 35 escolas (municipais, estaduais e filantrópicas) e conseguir informação no tempo hábil não é uma tarefa simples.



Nos dois últimos anos, tivemos uma fragilidade muito grande em relação a mudança de Assistentes Sociais, o que dificultou muito o trabalho, prejudicando a continuidade de dados que são essenciais para esta pesquisa.

De uma forma geral:

- Falta de diálogo com todos os setores da escola e não só com os agentes de educação que foram sensibilizados;
- Rotatividade de crianças e adolescentes, por não ser uma atividade como a escola que tem uma obrigação curricular;
- Trabalhamos com pais que muito cedo colocam responsabilidades nos adolescentes e alguns deles não são acompanhados na sua vida escolar pelos pais e aí é onde encontramos uma enorme dificuldade para o sucesso escolar. Muitos formam famílias a partir dos 17 anos e são obrigados a trabalhar em empregos informais para garantir sustento;
- O monitoramento escolar demanda tempo, uma estrutura como: transporte, agilidade, flexibilidade para lidar com o novo e uma equipe interdisciplinar só para este fim, pessoal capacitado e sensibilizado, o que muitas vezes se torna inviável dentro da realidade das instituições (sobretudo nas governamentais);
- Sensibilizar todos os educadores/as da Casa para a importância de estar atendo ao processo de escolarização das crianças;
- A grande influência do tráfico de drogas na realidade em que trabalhamos, pois muitos casos de insucesso e abandono escolar tem como pano de fundo a incidência da drogadição dentro da família (por parte dos pais e também dos filhos);
- Falta de sensibilidade e maior envolvimento das secretarias de educação (Municipal e Estadual) para participar do monitoramento e acompanhar seus resultados.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

### Perspectivas para 2011

Este ano, continuamos com o monitoramento na Casa, agora mais conscientes da importância dele para se evitar a evasão, da CPD e da Escola.

Quanto às reuniões mensais de monitoramento, enviaremos uma representante para continuar alimentando dados sempre que seja necessário.

***Ana Raquel de Oliveira França***  
***Psicóloga da Casa Pequeno Davi***

### CRAS dos bairros do Cristo e do Alto do Mateus

O monitoramento contribuiu no fortalecimento do trabalho em parceria com a rede de serviço socioassistencial local da política social, organizada e coordenada pelo CRAS Alto do Mateus, desta forma realizando um acompanhamento mais estreito às famílias em situação de vulnerabilidade e risco situadas no território de abrangência na área da educação. Além de facilitar na identificação de crianças e adolescentes que estão apresentando dificuldades na escola e partindo desta constatação desenvolver um trabalho com estes discentes. Com o monitoramento ocorreram diversas mudanças, como: inclusão das crianças e adolescentes em programas e projetos que ajudaram no desempenho escolar e a superar as dificuldades, melhorando a auto-estima e a sua formação cidadã.

A maior dificuldade encontrada no processo foi o encerramento do projeto “Janelas Abertas”, pois isto dificultou a aproximação do CRAS com as escolas do Alto do Mateus e do projeto CRER-SER em Tempo Integral do bairro do Cristo (ambos apoiados pelo Fundo “Juntos pela educação” promovido pelos Instituto Arcor Brasil e C&A). Houve pouco empenho das escolas em fornecer alguns dados e dialogar com o CRAS.

*Inez Eunice Bassanezi; Lorenzo Delaini*

Dar continuidade a este processo de monitoramento é de grande importância para o trabalho dos CRAS, pois com a integração da Educação com Assistência Social as responsabilidades são compartilhadas, despertando o interesse das famílias em participar das reuniões e das atividades em geral.

Fala do aluno sobre o monitoramento:

“ -Me sinto muito importante, por saber que existe um Projeto que olha pra mim ... e isso é muito bom, graças a Deus né nunca deu problema” (relacionado a ele na escola).

“-Me senti muito maravilhado por isso a cada dia pretendo estudar mais.”

“O Projovem Adolescente também me ajudou muito na escola, mudei muito no comportamento, melhorei na relação com a família. Eu era triste e andava sozinho, agora tenho amigos. Uma colega do Projovem me incentivou a ir pra Igreja.”

“Deus mudou a minha vida.”

Otacisio Aguiar da Silva. (Apelido Ciso)

*Albaneidy Bernardino dos Santos e  
Maria Cristina Araújo de Souza  
(assistentes sociais)  
Débora Silva (psicóloga)*

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

### **Secretaria de Educação Municipal de Lucena**

O monitoramento contribuiu para registrar as atividades e dimensionar as relações entre a equipe profissional da escola, os alunos e a comunidade, para que se tenha uma gestão mais participativa.

Durante a minha participação a principal mudança foi incluir crianças e adolescentes na composição dos Conselhos Escolares, buscando a igualdade de gênero nas participações/representações. Também incentivou a criação do Conselho Estudantil para acolher as sugestões e o olhar crítico das crianças e adolescentes.

Nossa maior dificuldade é a realização de um monitoramento mais consistente: precisa melhorar a infraestrutura operacional e treinar mais as pessoas.

Nos moldes em que o monitoramento está ocorrendo, não vejo problema em dar continuidade ao projeto. Contudo sinto a necessidade de um maior envolvimento da Escola. Seria interessante, sempre que for possível, contar com a participação de alguém da Escola para relatar experiências exitosas, insucessos, etc... Isto estreitaria os laços com a Escola e mudaria a visão de que o monitoramento é apenas uma verificação de dados.

***Arleane Nascimento de Oliveira Marques***

***(Técnica da Secretaria de Educação do Município de Lucena)***

PASTORAL DO MENOR - PAMEN (os quatro núcleos)

#### **Contribuições**

- O monitoramento contribuiu para o relacionamento entre a Escola e o núcleo no desenvolvimento de ações conjuntas.
- Motivou a participação dos familiares no acompanhamento dos seus filhos nas escolas.
- Permitiu ao núcleo acompanhar o processo de aprendizagem das crianças e adolescentes.

- O núcleo teve um maior reconhecimento por parte das Escolas por se interessar do processo de aprendizagem dos alunos.
- O processo de monitoramento contribuiu, para uma maior visibilidade do nosso trabalho como núcleo da Pastoral do Menor, como também deu um novo impulso, a nossas ações, ajudando a organizar de uma forma mais estruturada, o desenvolvimento das mesmas, junto às escolas.
- Contribui para sentirmos de perto a realidade das escolas da rede municipal e estadual, tanto no aspecto estrutural como no aspecto da qualidade da educação;
- A partilha das experiências e a troca entre as instituições, que aconteceu principalmente nos encontros mensais, foram muito significativas, pois possibilitaram encontrar, de forma coletiva, soluções para algumas dificuldades, ampliar a visão em torno da problemática educacional da criança e do adolescentes e crescermos juntos na arte de monitorar;
- A articulação em Rede possibilitou adentrarmos de forma mais planejada, organizada, integrada e intersetorial (educação, assistência social e saúde) na realidade da criança e do adolescente em cada localidade onde os núcleos estão inseridos;
- Despertou no núcleo uma maior preocupação com a questão da aprendizagem das crianças e adolescentes levando o mesmo a priorizar ações voltadas para o apoio da aprendizagem, como rodas de leituras, contação de histórias, produção de textos, organização de bibliotecas comunitárias, empréstimos de livros, etc., bem como, a buscar parcerias para intensificar estas atividades.

#### Mudanças

- Despertou um maior interesse dos alunos no cuidado com as notas, na frequência e participação na Escola.
- Aumentou a participação das crianças e adolescente nas atividades do núcleo, como por exemplo as oficinas de apoio pedagógico.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

### Dificuldades

- As escolas ainda têm dificuldades de repassar as informações sobre notas, frequência, repetência, o que demonstra uma falta de organização.
- É necessário envolver um maior número de famílias, para que elas acompanhem o desempenho dos filhos na escola.
- As mudanças de lugar geográfico de varias famílias facilitou a rotatividade de crianças e adolescentes em diferentes escolas e a evasão escolar.
- As escolas da rede municipal e estadual têm grande dificuldade de sentar junto com o núcleo, familiares e demais instituições da comunidade para refletir e buscar soluções para a problemática da repetência escolar que atinge um número significativo de alunos;
- A falta de recursos humanos e financeiros do núcleo dificulta o trabalho no sentido de não poder ampliar as ações de monitoramento.
- Desenvolver um trabalho com os familiares para que eles possam ser os principais agentes do monitoramento escolar de seus filhos.

### Continuidade

- Continuar com o monitoramento nas escolas incluindo as lideranças da comunidade e familiares no processo e fortalecendo a rede social local.

***Rosilene dos Santos Camelo, educadora***  
***Irmã Iracema Rodrigues***  
***Maria Ivonete de Almeida***

## PROAFE / FUNDAC

O monitoramento proporcionou o acompanhamento de jovens que estão num contexto social de violência. Foi importante mensurar o nível de aprendizagem dos jovens egressos do PROAFE e perceber as fragilidades no que se refere à permanência dos jovens na escola.

As informações foram coletadas a partir de visitas periódicas às escolas e aos familiares para conhecer melhor o contexto social em que os jovens estão inseridos.

O projeto do pró-jovem urbano deve ser multiplicado, porque é a modalidade de ensino que mais se aproxima aos jovens egressos das Medidas Socioeducativas, os quais estão fora da faixa etária e demonstram alta distorção idade/ano.

Durante o monitoramento é importante continuar a discussão sobre as medidas socioeducativas com os vários centros especializados no atendimento desses jovens.

É importante articular a rede de educação, assistência e saúde e saúde, para a intervenção no âmbito das políticas públicas.

É necessário sensibilizar os gestores municipais e estaduais da educação para adotar medidas de correção do fluxo escolar para adolescentes e jovens em defasagem idade/ano, proporcionando o ensino “modular” para os que estão cumprindo Medidas Socioeducativas egressos e os que estão no trabalho.

*Vanalba Barbosa da Silva*

## 4 - AVALIAÇÃO/CONCLUSÕES

“A educação tem por objetivo fundamental intentar a promoção da pessoa humana, buscando para ela uma melhor qualidade de vida. Isso implica sua realização na plenitude de seus sentidos e na totalidade de seu ser. O que se busca é a realização da pessoa humana integral”  
(Ciro E. Schmidt Andrade, Revista de Educação, ano 7, dezembro 1999, p. 21)

O monitoramento não se resume a um levantamento e sistematização de dados, mas é um processo que favorece o trabalho em rede, a intersetorialidade e a integração entre os vários atores que atuam na escola e na comunidade. Este é um aspecto bastante positivo vivenciado na experiência relatada e que mereceria de uma continuidade.

Em relação aos resultados podemos ressaltar três aspectos:

- a) a situação de extrema gravidade em que se encontram as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social da periferia da Região Metropolitana de João Pessoa,
- b) a impossibilidade da escola em responder sozinha a este desafio: sobre ela pesam os problemas que a criança e o adolescente vivem na família e na comunidade e ela se encontra despreparada e incapaz sozinha de enfrentar a gravidade da situação.
- c) a importância do fortalecimento da “rede de proteção social”, para responder esta realidade sempre mais grave e desafiadora.



## **A SITUAÇÃO DE GRAVIDADE EXTREMA EM QUE SE ENCONTRAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL DA PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA**

O acompanhamento dos alunos, nesta pesquisa, foi dificultado pelo número significativo de transferência de escola, de bairro ou até de cidade e este fato é revelador de algo bem maior e complexo. É preciso observar que, na maioria das vezes, a transferência não é fruto de uma livre escolha do aluno ou da família, mas que há outros motivos mais graves. Por exemplo, na Escola Municipal Severino Patrício do Alto do Mateus, 29 alunos pediram transferência no ano de 2010. Procuramos identificar os motivos e soubemos que, no bairro, as famílias estavam constantemente ameaçadas pelo tráfico de droga. Neste mesmo período, houve um confronto no bairro entre traficantes e policiais e estes fatos repercutiram na comunidade e na escola: 15 famílias da comunidade da “Beira de Linha” deixaram as suas casas quando se sentiram ameaçadas e escola Severino Patrício ficou fechada por alguns dias devido à violência. A transferência, portanto esconde esta situação de medo e de violência e dificulta o monitoramento individual das crianças e dos adolescentes, que procuram encontrar um novo começo em outro bairro. Percebe-se assim uma grande mobilidade na estrutura familiar, que muda de escola e de moradia repentinamente sem que a rede social consiga acompanhar este movimento e sem que o Estado assumas suas responsabilidades.

Outro exemplo: uma família composta de pai, mãe e três filhos, da comunidade da Citex, periferia de João Pessoa, construiu com muito sacrifício uma casa com três cômodos com quarto, sala e banheiro. O pai arrumou um emprego e o filho de 15 anos ajudava a família, a mãe cuidava da casa e os dois filhos menores freqüentavam a escola e as atividades da Pastoral do Menor. Parecia que tudo estava normal e os meninos progrediam na escola quando aconteceu uma tragédia. O jovem estava namorando uma menina, que era objeto de ciúme por parte de outro rapaz envolvido com droga. Em

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

março de 2011, este jovem contratou uma gangue de traficantes do bairro para matar o rapaz, que foi executado na porta da sua casa!

A família ficou totalmente abalada, com medo, e foi obrigada a deixar a casa que construiu e tentou uma nova vida em outro bairro da cidade: como esta família poderá superar a dor e a injustiça pela perda do filho por motivos tão banais!

São essas e outras histórias de vida parecidas que estão ocorrendo nas periferias da grande João Pessoa, essa é a situação das crianças e dos adolescentes “reais” encontrados pelo monitoramento da REMAR.

### **A IMPOSSIBILIDADE DA ESCOLA EM RESPONDER SOZINHA A ESTE DESAFIO**

Como afirmam os educadores da REMAR:

“A escola é uma instituição importante para o exercício da cidadania, mas sozinha não atingirá os objetivos propostos pelo ECA. A REMAR, desde a sua fundação, tem como escopo principal a implementação de ações articuladas em rede através de/com entidades governamentais e não-governamentais na proposta de efetivar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e promover a educação integral”. (PROJETO REMAR, p. 3)

O monitoramento confirma uma realidade já conhecida pelas pesquisas nacionais dos órgãos das Nações Unidas, como UNICEF e UNESCO e pelas pesquisas locais promovidas pelas Universidades e por outros centros de pesquisa públicos e privados: a oferta educativa aumentou em quantidade, mas não melhorou em qualidade.

Segundo um relatório do UNICEF

“Grandes investimentos têm sido realizados no Brasil desde a década de 90 com o objetivo de ampliar o acesso à educação. Como resultado, hoje o país está muito próximo da universalização do Ensino Fundamental. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2007, 97,6% das crianças entre 7 e 14 anos - faixa em que se concentra a obrigatoriedade do Ensino Fundamental - estão na escola, o que representa cerca de 27 milhões de estudantes” (UNICEF, 2009, p. 13).

“O Brasil se situa entre o grupo de países que contam com alta probabilidade de atingir o Objetivo 2 do Programa Global da UNESCO para 2015: “Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade”.

No entanto, o progresso alcançado nas condições de acesso não é igualmente verificado quando são consideradas as taxas de repetência e abandono e os baixos índices de desempenho escolar deste nível de ensino: a universalização da educação primária não tem significado a universalização do acesso aos conhecimentos básicos.

Toda criança, aos seis anos de idade, está apta para aprender a ler, escrever e fazer de conta e socializar com outras pessoas; ao longo de nove meses de alfabetização (como no período de gestação de uma criança) ela estará pronta para ler pequenos textos, resolver pequenas operações de matemáticas e finalmente nos três anos seguintes vai acumular mais conhecimentos das matérias básicas concluindo o ensino fundamental 1 até o IV ano.

Porém para as crianças que vivem na situação de vulnerabilidade social nas periferias urbanas, convivendo com vários tipos de violência e de violação dos direitos fundamentais, este desenvolvimento intelectual e social é interrompido e a partir do IV ano iniciam-se as reprovações e repetências

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

dificultando o desempenho escolar na sua evolução normal, nos níveis do ensino fundamental 1 e 2. Podemos afirmar que, em média, dos 70% dos alunos pesquisados o maior número de reprovações se dá entre o IV V e VI ano ocorrendo até três vezes no mesmo ano escolar: o que leva o público de 10 a 18 anos a uma série de transferências para outras escolas ou ao abandono escolar.

Segundo o pesquisador Sergei Soares do IPEA, “a repetência afeta a auto-estima das crianças, além de ser uma das causas de baixo rendimento e da evasão escolar” (GARSCHAGEN, 2007, p. 36). “As crianças, discriminadas e desmotivadas, aprendem menos ainda quando repetem a mesma série e acabam por abandonar a escola, mesmo quando gostam de freqüentá-la, pela convivência com outras crianças de mesma idade” (IDEM, p. 37).

A evasão escolar ocorre realmente após múltiplas repetências. Precisa perguntar porque os alunos não aprendem e se desestimulam já nas primeiras séries. Sendo reprovados desde as primeiras séries, os alunos continuam na escola desmotivados e com amplos índices de distorção ou inadequação idade/série que prejudicam a aprendizagem e aumentam o abandono antes de completar o ensino fundamental.

Segundo dados do IBGE/PNAD 2001/2007, no Estado da Paraíba, enquanto os índices de população fora da escola na faixa etária de 7 a 14 anos eram muito baixos (3,5% das crianças estavam fora da escola), na faixa etária entre 15 a 17 aumentavam muito (cerca de 21% dos alunos estavam fora da escola), entre eles estão os alunos que abandonaram a escola sem completar o ensino fundamental (tendo normalmente cursado até o V ano escolar).

Por isso, no Brasil, “apenas 64% das crianças conseguem finalizar o ensino fundamental com a idade esperada de 14 anos” e as que concluem o ensino médio com 17 anos são menos ainda, 47% (UNICEF, 2009, pp. 18 e 19).

## **A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DA “REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL”, PARA RESPONDER ESTA REALIDADE SEMPRE MAIS GRAVE E DESAFIADORA**

Através da bolsa família e de outras políticas sociais, de fato, a evasão escolar diminuiu, as crianças vão para a escola, o acesso à escola é mais democrático, mesmo quando se trata de crianças de maior vulnerabilidade social. Mas a qualidade do ensino/aprendizagem não é boa. A escola não está educando, nos dois aspectos: no ensino/aprendizagem e na educação para os direitos e a cidadania.

No entanto, o monitoramento mostra que, quando as crianças são acompanhadas mais individualmente na escola, em outros espaços educativos e na sua relação com as famílias, os resultados são melhores, alcançando índices altos de aprovação como pode ser visto nos depoimentos dos educadores. Isto se deve ao fato de que as crianças são incentivadas a ter um maior interesse e cuidado com a frequência e o rendimento escolar e participam de atividades sócioeducativas, lúdicas, de lazer, de leitura, de esporte que favorecem e estimulam a socialização e facilitam a aprendizagem.

### **A experiência de educação integral em rede da Casa Pequeno Davi**

A Casa Pequeno Davi promoveu o projeto ‘Educação (com) Vivência Integral’ (apoiado pelo Fundo Juntos pela Educação), coordenado por Rosinete Veloso Camelo, que articulou 14 Instituições sociais de saúde, educação, assistência social, cultura, bem como crianças, adolescentes e famílias, com o objetivo de “mobilizar Instituições do pólo Roger/Varadouro, a partir de suas competências, na construção de uma rede na perspectiva de contribuir para o exercício de cidadania de crianças e adolescentes por meio da educação integral”.

Ao investir nessa idéia, a Casa Pequeno Davi parte da premissa de que “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança” (Provérbio Africano). Sendo assim, é impossível desconsiderar as interdependências entre esses espaços, melhor dizendo a complementaridade das ações dos mesmos.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

A visão fragmentada da criança e do adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento e participante de diversos espaços educacionais precisa ser desconstruída e a procura pelos pontos/elos em comum deve ser intensificada a fim de que possa ser dada uma contribuição mais efetiva à formação dos mesmos.

As atividades realizadas em rede favoreceram a integralidade da educação no incentivo à leitura e escrita, ao lazer, às artes, fortalecendo o protagonismo infanto-juvenil e familiar e a participação em eventos comunitários ao redor de temáticas importantes como o meio ambiente, a saúde, o ECA, a luta contra o trabalho infantil, a violência sexual, entre outros. As formações de educadores também favoreceram a capacitação, integração e a troca de experiências de instituições tão diferentes!

O exercício inicial dessa articulação em rede tem permitido integrar informações, articular saberes e fazeres, agilizar comunicação, descobrir talentos e ouvir crianças, adolescentes e familiares em suas inquietações e contribuições.

Assim, a busca junto às escolas de informações sobre o desempenho escolar de crianças e adolescentes, o que internamente chamamos de acompanhamento escolar, só faz sentido se há essa abertura e compreensão da escola que a informação fornecida será um instrumento para diálogo com os/as próprios/as educandos/as e com suas famílias. De forma que se isso também é feito na escola, será um reforço à sua ação e não um fardo a mais.

Esse diálogo tem permitido que demandas partam dos diversos atores envolvidos no processo educacional e que iniciativas em comum sejam buscadas e colocadas em prática para casos especiais em que não bastariam somente as competências da escola, da ONG, da família e que de forma articulada trazem outras possibilidades para sanar situações desafiantes na perspectivas de colaborar, da melhor maneira possível, com o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Nessa caminhada de fortalecimento também temos aprendido que precisamos aparar arestas, superar as fogueiras das vaidades institucionais, dialogar, ter abertura para novas contribuições, buscar uma aproximação confortável para continuar alimentando nosso objetivo: contribuir com a educação de nossas crianças e adolescentes (CAMELO, 2011).

## **Intersetorialidade**

A realidade pesquisada mostra a dificuldade que ainda existe (apesar dos marcos legais e documentos elaborados a nível nacional e local) em efetivar a intersectorialidade e a necessidade de uma maior articulação entre as Secretarias do Estado e do Município: sobretudo o setor de educação, de saúde e de desenvolvimento humano e social que articulam as três principais políticas públicas destinada às crianças e aos adolescentes, em particular, aos que vivem em situação de vulnerabilidade.

Articular a escola, com os postos de saúde, com os PSF, com os CRAS, as associações comunitárias, culturais, esportivas, com as ONGs que atuam no território é essencial para poder realizar a inclusão social e o desenvolvimento integral deste público e o CRAS pode ter um papel fundamental de articulação e integração neste contexto, como aconteceu, por exemplo, nos bairros de Cristo/Rangel por meio da “Rede CRER SER” (ALVES, 2008, 2010a e 2010b) e no bairro do Alto do Mateus por meio da Rede Pela Paz, no município de João Pessoa, e nas redes de proteção integral à criança, adolescentes e famílias nos municípios de Lucena e Santa Rita.

É fundamental a participação das ONGs, não para se substituir ao poder público, mas para promover uma maior articulação entre as entidades e uma maior participação da sociedade civil organizada e da comunidade, inclusive no controle social, na fiscalização e cobrança das entidades públicas.

Nota-se também a ausência, nesta rede de proteção social, das Secretarias de Segurança Pública: o policial aparece no seu carro, com as sirenes acesas para realizar blitz ou mandato de prisão ou para retirar os cadáveres que ficam nas ruas depois dos assassinatos sempre mais frequentes; mas não há uma política de polícia comunitária que esteja presente de maneira permanente no bairro com ações de repressão, mas também de prevenção articuladas com a comunidade local. As primeiras experiências de polícia comunitária estão ainda incipientes na Paraíba e só existem em alguns bairros da capital.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira (coord.). **Crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de João Pessoa**. Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa, Relatório de Pesquisa (mimeo), 2008.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira (org.). **Crianças e Adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada**, João Pessoa: Editora Universitária UFPB: 2003.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes F. de - NEVES, Márcia Emília R. - XAVIER, Sandra Magda A. de Almeida (orgs). **A realidade dos abrigos para Crianças e Adolescentes de João Pessoa-PB: desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

ALVES, Teomary de Andrade. **Ler para Crer Ser**. João Pessoa: Rigraf, 2008 (Apoio do Fundo “Juntos pela Educação”).

ALVES, Teomary de Andrade (org.). **Projeto Crer Ser em tempo integral**. João Pessoa: Sal da Terra, 2010a (Apoio do Fundo “Juntos pela Educação”).

ALVES, Teomary de Andrade, Maria da Conceição Pereira F. (orgs). **Dialogando com crianças e adolescentes do Cristo e Rangel sobre o ECA**. João Pessoa: Sal da Terra, 2010b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília - DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Brasília - DF : CONANDA, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH-PR/ MEC/UNESCO, 2007.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1997.

CAMELO, Rosinete Veloso - CASA PEQUENO DAVI. PROJETO: Educação (com)vivência integral. **Memórias e histórias de Convivência Integral**. João Pessoa: 2011 (Patrocínio: Fundo Juntos pela Educação).

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DELAINI, Lorenzo. **A Escola vai à rua**: uma proposta pedagógica de construção da cidadania de crianças e de adolescentes em situação de rua em João Pessoa-Pb. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004 (monografia de especialização em direitos humanos).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GARSCHAGEN, Sérgio. O dilema da repetência e da evasão. In **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA (out. 2007), ano 4, Nº 36, p. 35-43.

MARTINHO, Cássio et alii. **Vida em rede**: relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade, Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

MARTINS, José Pedro Soares (org.). **Juntos pela educação**: parcerias para o futuro. Campinas: Editora Komedi, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-SETRAPS. **Projeto Censo Meninada**: João Pessoa: 1997

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-SETRAPS. **Projeto Censo Meninada**: João Pessoa: 2000

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-SETRAPS. **Projeto Censo Meninada**: João Pessoa: 2003

REMAR – **Projeto Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes de João Pessoa**.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

(Teomary Andrade Alves, Lorenzo Delaini, José Marcos da Silva). João Pessoa: Idéia, 2004.

RIZZINI, Irene; CALDEIRA, Paula; RIBEIRO, Rosa; CARVANO, Marcelo. **Crianças e adolescentes com direitos violados**. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade social no Brasil urbano. Rio de Janeiro: PUC-RJ: CIESPI, 2010.

SCHMIDT, Ciro Andrade. Educar para a Gratuidade. **Revista de Educação**, ano 7, dezembro 1999, p. 21-26.

SILVA, Vanalba Barbosa da. **Inclusão social e mercado de trabalho**: os caminhos dos jovens egressos do PROAFE-João Pessoa nos anos 2003-2004. João Pessoa: IFPB, 2007.

SOUZA, Queila. **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SPOSATI, ALDAISA (org.). **Topografia social da cidade de João Pessoa**, João Pessoa. Editora UFPB, 2010.

TAVARES, Celma (org.). **Educação de qualidade na perspectiva da garantia de direitos**: o potencial do trabalho em rede. João Pessoa: REMAR, 2009.

UNESCO. **Relatório do Monitoramento de Educação Para Todos-EPT**. BRASIL. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2008.

UNICEF. **O Direito de Aprender**. Potencializar avanços e reduzir desigualdades Maria de Salete Silva e Pedro Ivo Alcântara - Brasília, DF: UNICEF 2009. (Situação da infância e da adolescência brasileira 2009),

UNICEF. **Educação de qualidade**: experiências que contribuem para o direito de aprender em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Texto de Selma Tavares, Recife: UNICEF, 2010.

WAILSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**: os jovens do Brasil, São Paulo: Instituto Sangari- Ministério da Justiça, 2011.

## **ANEXOS**

### **SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Princípios/Legislação**

O Sistema de Garantia dos Direitos está inspirado nos princípios do Art. 86 e 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA:

#### **ECA, LEI N 8.069, DE 19 DE JULHO DE 1990**

Art. 86 - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

- I - municipalização do atendimento;
- II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

- VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei;
- VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

### **RESOLUÇÃO Nº 113 DO CONANDA, DE 19 DE ABRIL DE 2006**

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

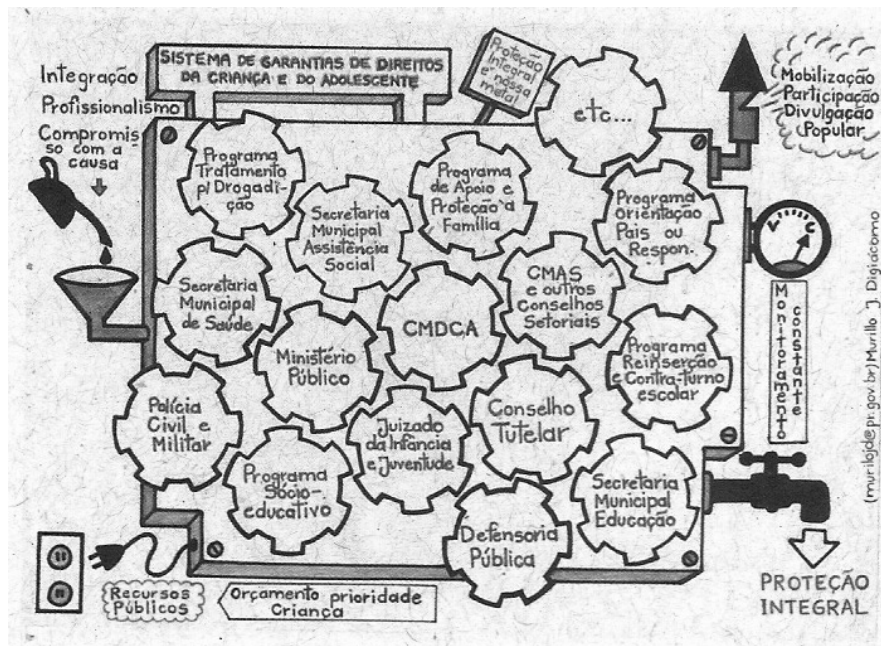
Art. 5º Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que integram esse Sistema, deverão exercer suas funções, em rede, a partir de três eixos estratégicos de ação:

- I - defesa dos direitos humanos;
- II - promoção dos direitos humanos; e
- III - controle da efetivação dos direitos humanos.

Parágrafo único. Os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema podem exercer funções em mais de um eixo.



**DIAGRAMA DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**



**20 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –  
DIREITO À VIDA INTEGRAL**



**CARTA PROPOSTA AOS PODERES PÚBLICOS**

João Pessoa, 13 de julho de 2010

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, completa seus 20 anos. A história da infância e adolescência brasileira, a partir desta lei, registra avanços nos direitos fundamentais, ao passo em que enfrentamos grandes desafios, pois constantemente esses direitos são violados..

Neste ano do aniversário, instituições governamentais e não governamentais da Paraíba, se mobilizaram para refletir os 20 anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na perspectiva

de sensibilizar a sociedade e o poder público, organizar um evento de comemoração, e apresentar propostas referentes às problemáticas onde os direitos fundamentais são mais violados.

Neste sentido, todos somos chamados à responsabilidade, porém, compete aos poderes executivos, legislativo e judiciário garantir as condições para que se cumpram os direitos à luz da máxima constitucional e do Estatuto – CRIANÇA E ADOLESCENTE PRIORIDADE ABSOLUTA – e assim assegurar o DIREITO À VIDA INTEGRAL.

Por isso, justifica-se a apresentação das propostas desta carta, com base no Estatuto e outros documentos reivindicatórios.

#### TRABALHO INFANTIL

- Construir e implantar os Planos Estadual e Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil até 2011
- Promover campanhas de esclarecimento sobre o trabalho infantil, no Estado e nos Municípios.

#### VIOLÊNCIA SEXUAL

- Realizar diagnóstico estadual sobre a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Humano e Turismo até 2011.
- Criar vara especializada para apuração de crimes contra a criança e o adolescente.

#### MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

- Criar através do Sistema Nacional de Emprego - SINE Estadual e Municipal um programa de inclusão de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa.
- Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto – Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE – Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA.



## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

### CRIANÇA NÃO É DE RUA

- Implantar e/ou qualificar programas de atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas articulados aos demais programas e políticas públicas para inclusão familiar e comunitária.
- Garantir o atendimento e a assistência às famílias das crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas , priorizando o seu acesso aos programas públicos.

### O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ESCOLA: EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Efetivar a implantação da Lei Federal No 11 525/2007 que torna obrigatório o ensino dos direitos da criança e do adolescente no ensino fundamental, incluindo o ensino médio tendo como referência o ECA e as Convenções Internacionais.
- Implementar a educação integral de qualidade, em tempo integral, em parceria com vários atores do território.

### SAÚDE INTEGRAL: PREVENÇÃO, TRATAMENTO E ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

- Implantar unidades especializadas para desintoxicação e tratamento de crianças e adolescentes com dependência química - conforme ECA - Lei 8069/90;
- Implantar e/ou implementar a política de saúde mental, nos municípios, para o atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias em sofrimento psíquico ou com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas, ampliando e fortalecendo a rede de serviços substitutivos de base comunitária, previstos na reforma psiquiátrica brasileira em conformidade com o que determina a Lei 10 216/2001.



Com estas propostas esperamos o acolhimento e a efetivação das iniciativas e políticas aqui explicitadas, bem como a abertura para um trabalho articulado, intersetorial e em rede do Sistema de Garantia de Direitos. A Rede Margarida pró-crianças e adolescentes da Paraíba – REMAR-PB, configurada como órgão de articulação política que agrega os diversos atores, se coloca a disposição de todos para o diálogo do referido pleito,

## **INSTITUIÇÕES QUE APOIAM A MOBILIZAÇÃO DOS 20 ANOS DO ECA**

Instituições Integrantes da REMAR e Parceiras da Sociedade Civil Organizada

- Aldeias Infantis S.O.S Brasil/Paraíba
- Associação de Apoio ao Trabalho Cultural Histórico e Ambiental - Apôitchá (Lucena)
- Associação de Prevenção a DST/AIDS – Amazona (João Pessoa)
- Associação Mãos Que Se Ajudam (Lucena)
- Associação Papa João XXIII (João Pessoa)
- Campanha Nacional “Criança Não É de Rua”- Fortaleza
- Casa da Menina e do Menino de Bayeux - CMMBY
- Casa dos Sonhos (Santa Rita)
- Casa Pequeno Davi - CPD (João Pessoa)
- Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (Santa Rita)
- Centro de Formação Educativo Comunitário – CEFEC (Santa Rita)
- Centro Dom Hélder Câmara (Bayeux)
- Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil – CEPETI
- Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE
- Força e Ação (João Pessoa)
- Fundação Educar (Conde)
- Grupo de Trabalho Pró-Convivência Familiar e Comunitária (João Pessoa)
- Instituto ALPARGATAS
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR (João Pessoa)

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

- ONG Pro Dia Nascer Feliz (Santa Rita)
- Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Santa Rita)
- Pastoral do Menor-PAMEN (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Sapé e Cruz do Espírito Santo)
- Projeto Beira da Linha - PBL (João Pessoa)

### Governo do Estado

- Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente -FUNDAC
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano-SEDH

### Fóruns e Redes

- Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Região do Litoral -FDCA
- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente da Paraíba – FEPETI
- Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba - REMAR
- Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – REDEXI
- Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente - Crer Ser (Cristo e Rangel-João Pessoa)
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente do Roger/ Varadouro (João Pessoa)
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Mangabeira (João Pessoa)
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente do Alto do Mateus (João Pessoa)
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Santa Rita
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Lucena
- Universidade Federal da Paraíba
- Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH
- Núcleo de Educação do Centro de Educação da UFPB

*Inez Eunice Bassanezi; Lorenzo Delaini*

- Projeto “Escola Que Protege”
- Pró- Reitoria de Extensão e Ação Comunitária – PRAC
- Pólo Multimidia
- Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura e Políticas Sociais – SEPACOPS
- Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança Adolescente - SEPAC

Prefeitura Municipal de João Pessoa

- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Fundação Cultural de João Pessoa - Funjope

Prefeitura Municipal de Lucena

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Defesa Social

Prefeitura Municipal Santa Rita

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Bayeux

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Cabedelo

- Secretaria de Trabalho e Ação Social

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

### Conselhos

- Conselhos Tutelares de João Pessoa
- Conselho Tutelar de Lucena
- Conselho Tutelar de Bayeux
- Conselho Tutelar de Santa Rita
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Rita
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lucena
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bayeux
- Conselho Municipal de Educação de João Pessoa
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba

### Complexo da Justiça

- Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba
- I e II Varas da Infância e da Juventude de João Pessoa
- Juizado da Infância e da Juventude de Lucena e Santa Rita
- Ministério Público Estadual
- Ministério Público do Trabalho

**ANEXO 4**  
**21 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**DIREITO À VIDA INTEGRAL**

---



**CARTA PROPOSTA AOS PODERES PÚBLICOS**

João Pessoa, 13 de julho de 2011

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, completa 21 anos. A História da Infância e Adolescência Brasileira, a partir desta lei, registra avanços nos direitos fundamentais. No entanto, ainda há muito a ser feito, haja vista testemunharmos constantemente direitos de crianças e adolescentes serem violados.

Ao comemorarmos 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, temos como perspectiva, mais uma vez, mobilizar a sociedade e o poder público, objetivando referendar a carta proposta dos 20 anos e propor a efetivação de novas propostas.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

Por esta razão, estamos aqui, publicamente, avaliando o que foi realizado e conclamando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como a Sociedade Civil e as Organizações Sociais para que sejam realmente efetivadas as propostas ora apresentadas nesta carta.

### **PROPOSTAS - 2011**

#### **I - TRABALHO INFANTIL \***

- Construir e implantar os Planos Estadual e Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil até 2011.

Situação atual: João Pessoa em fase de construção. O estado e os municípios da região metropolitana não elaboraram.

Ação necessária: Intervenção do Ministério Público Estadual através da Coordenadoria de apoio às Promotorias da Infância e Juventude.

- Promover campanhas de esclarecimento sobre o trabalho infantil, no estado e nos municípios.

Situação atual: Realização de fóruns, seminários e mobilizações a nível estadual.

Ação necessária: Dar continuidade as ações ampliando-as e interiorizando-as.

#### **II - VIOLÊNCIA SEXUAL \***

- Realizar diagnóstico estadual sobre a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Humano e Turismo até 2011.

Situação atual: Não realizado.

Ação necessária: A Secretaria de Desenvolvimento Humano deverá assumir e coordenar as ações de realização do diagnóstico e implementar o plano até dezembro de 2012.

- Criar vara especializada para apuração de crimes contra a criança e o adolescente.

Situação atual: Não criada.

Ação necessária: Encaminhar a proposta ao Presidente do TJPB, solicitando providências cabíveis até 2012.

### III - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS \*

- Criar através do Sistema Nacional de Emprego - SINE Estadual e Municipal um programa de inclusão de adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa;

Situação atual: Não aconteceu.

Ação necessária: Elaboração de um projeto intersetorial, em 2011 para ser implantado em 2012, junto ao Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – CENDAC; Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES/JP; Secretaria de Desenvolvimento Humano – SEDH; Secretaria de Emprego e Renda Municipal e Estadual; Sistema 4S (SESI / SENAI / SENAC / SESC); Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - FUNDAC.

- Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto – Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE – Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

Situação atual: Criado o Grupo de Trabalho (GT) Estadual de Medidas Socioeducativas de Instituições governamentais e não governamentais e expansão dos CREAS em 2010.

Ação necessária: Elaboração do Plano Estadual até dezembro de 2011 e os Planos Municipais até dezembro de 2012, bem como, dar continuidade à expansão dos CREAS.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

### **IV - CRIANÇA NÃO É DE RUA \***

- Implantar e/ou qualificar, nos municípios, programas de atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, articulados aos demais programas e políticas públicas para inclusão familiar e comunitária;

Situação atual: Grupo de Trabalho (GT) Pró-Convivência Familiar e Comunitária que está acompanhando o reordenamento das instituições de acolhimento em João Pessoa;

Ação necessária: Criar e qualificar o quadro próprio de profissionais com a realização de concurso público e/ou por remanejamento.

- Garantir o atendimento e assistência às famílias das Crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, priorizando o seu acesso aos programas públicos.

Situação atual: Sem informações.

Ação necessária: As Secretarias municipais da Assistência Social garantam esses serviços e a Secretaria Estadual faça o monitoramento.

### **V - O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ESCOLA: EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE QUALIDADE \***

- Efetivar a implantação da Lei Federal Nº 11 525/2007 que torna obrigatória a inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente, na grade curricular do ensino fundamental, incluindo o ensino médio, fundamentado no ECA e nas Convenções Internacionais;

Situação atual: Sem informações.

Ação necessária: Estar incluído no projeto político pedagógico das escolas e monitorado pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação.



- Implementar a educação integral de qualidade, em tempo integral em parceria com vários atores do território.

Situação atual: Há duas escolas em tempo integral no Município de João Pessoa. Quanto as demais, sem informação.

Ação necessária: Dar continuidade ao processo da diretriz do Plano Nacional de Educação que determina que os sistemas de ensino estejam organizados para a escola em tempo integral até 2020.

#### VI - SAÚDE INTEGRAL: PREVENÇÃO, TRATAMENTO E ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS \*

- Implantar unidades especializadas para desintoxicação e tratamento de crianças e adolescentes com dependência química - conforme ECA - Lei 8069/90;

Situação atual: Não implantados.

Ação necessária: Implantação dos serviços pelas Secretarias Municipais de Saúde.

- Implantar e/ou implementar a política de saúde mental, nos municípios, para o atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias em sofrimento psíquico ou com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas, ampliando e fortalecendo a rede de serviços substitutivos de base comunitária, previstos na reforma psiquiátrica brasileira em conformidade com o que determina a Lei 10 216/2001.

Situação atual: Sem informação.

Ação necessária: Conselhos Estadual e Municipal de Saúde monitorarem a implantação da política.

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

### VII – DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES \*\*

- Realizar oficinas preparatórias para a participação de protagonistas infanto-juvenis nas Conferências de Direitos de Crianças e Adolescentes, coordenadas pelo Conselho Estadual e Conselho Municipal, tendo em vista a elaboração do Plano Decenal Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Situação Atual: A comissão intermunicipal de protagonistas da REMAR já iniciou um processo de reflexão acerca da participação de adolescentes em conferências municipais, que acontecerão de agosto até novembro de 2011.

Ação necessária: Iniciar, com urgência, as oficinas preparatórias nos municípios paraibanos.

- Colocar em funcionamento a Escola de Conselhos e criar um programa de formação continuada para Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos.

Situação Atual: A escola existe, no entanto, ainda não está em funcionamento efetivo.

Ação necessária: Colocar em funcionamento a Escola de Conselhos, tendo em vista a implementação de um programa de formação continuada.

### VIII – CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA \*\*

- Elaborar o Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária até dezembro de 2011.

Situação Atual: Já foi iniciado um processo de discussão para sistematização do plano.

Ação Necessária: Elaboração e implementação do plano.

- Elaborar os Planos Municipais de Convivência Familiar e Comunitária até dezembro de 2012.

Situação Atual: Inexistem os planos.

Ação Necessária: Elaborar e implementar os planos.

Esperamos o acolhimento e a efetivação das iniciativas e políticas ora explicitadas, bem como, a continuidade de um trabalho articulado, intersetorial e em rede do Sistema de Garantia de Direitos.

**\*Propostas aprovadas em 2010 e reafirmadas em 2011.**

**\*\*Propostas sistematizadas e aprovadas em 2011.**

### **INSTITUIÇÕES QUE APOIARAM A MOBILIZAÇÃO DOS 20 ANOS DO ECA E APOIAM A MOBILIZAÇÃO DOS 21 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Instituições Integrantes da REMAR e Parceiras da Sociedade Civil Organizada

- Aldeias Infantis S.O.S Brasil/Paraíba
- APÔITCHÁ (Lucena)
- Associação de Prevenção a DST/AIDS – Amazona (João Pessoa)
- Associação Mãos Que Se Ajudam (Lucena)
- Associação Papa João XXIII (João Pessoa)
- Campanha Nacional “Criança Não É de Rua”- Fortaleza
- Casa da Menina e do Menino de Bayeux - CMMBY
- Casa dos Sonhos (Santa Rita)
- Casa Pequeno Davi - CPD (João Pessoa)
- Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero (Santa Rita)
- Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – CENDAC
- Centro de Formação Educativo Comunitário – CEFEC (Santa Rita)
- Centro Dom Hélder Câmara (Bayeux)
- Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil – CEPETI

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

- Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE
- Força e Ação (João Pessoa)
- Fundação Educar (Conde)
- Grupo de Trabalho Pró-Convivência Familiar e Comunitária (João Pessoa)
- Instituto ALPARGATAS
- Instituto UNIGENTE
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR (João Pessoa)
- ONG Pro Dia Nascer Feliz (Santa Rita)
- Paróquia Sagrado Coração de Jesus (Santa Rita)
- Pastoral do Menor –PAMEN (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Sapé e Cruz do Espírito Santo)
- Projeto Beira da Linha - PBL (João Pessoa)

### Governo do Estado

- Fundação e Desenvolvimento a Criança e do Adolescente - FUNDAC
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano - SEDH

### Fóruns e Redes

- Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente da Paraíba – FEPETI
- Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Região do Litoral – FEDCA
- Nós Podemos Paraíba
- Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente - Crer Ser (Cristo e Rangel-João Pessoa)
- Rede Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes REDEXI
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Lucena
- Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Bayeux
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Mangabeira (João Pessoa)
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente de Santa Rita

*Inez Eunice Bassanezi; Lorenzo Delaini*

- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente do Alto do Mateus (João Pessoa)
- Rede Local de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente do Roger/Varadouro (João Pessoa)
- Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba – REMAR

Universidade Federal da Paraíba

- Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH
- Núcleo de Educação do Centro de Educação da UFPB
- Pró - Reitoria de Extensão e Ação Comunitária – PRAC
- Projeto “Escola Que Protege”
  - Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura e Políticas Sociais – SEPACOPS
  - Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança Adolescente - SEPAC
  - TV Universitária

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

- Pró Reitoria de Extensão
- Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Dependência Química
- CRR – Centro Regional de Referência para Formação Permanente de profissionais da Rede de Atenção aos usuários de Drogas - IFPB

Prefeitura Municipal de João Pessoa

- Fundação Cultural de João Pessoa - Funjope
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Turismo

Prefeitura Municipal de Lucena

- Secretaria Municipal de Defesa Social
- Secretaria Municipal de Educação

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

### Prefeitura Municipal Santa Rita

- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Educação

### Prefeitura Municipal de Bayeux

- Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social
- Secretaria Municipal de Educação

### Prefeitura Municipal de Cabedelo

- Secretaria de Trabalho e Ação Social

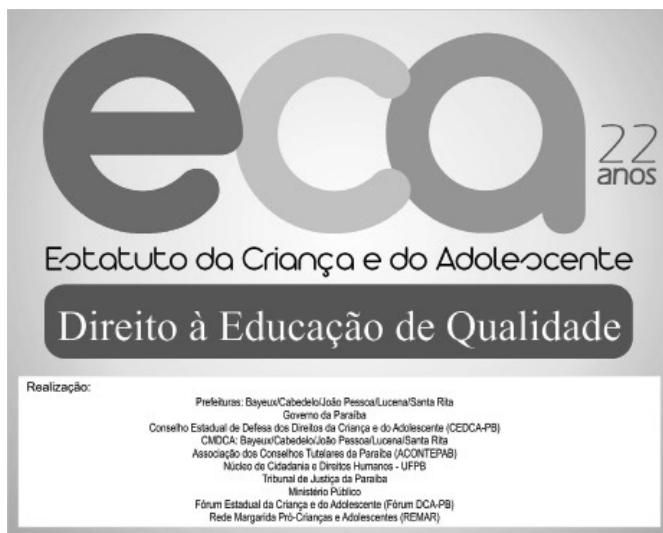
### Conselhos

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Rita
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lucena
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bayeux
- Conselho Municipal de Educação de João Pessoa
- Conselho Tutelar de Bayeux
- Conselhos Tutelares de João Pessoa
- Conselho Tutelar de Lucena
- Conselhos Tutelares de Santa Rita

### Complexo da Justiça

- Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba
- I e II Varas da Infância e da Juventude de João Pessoa
- Juizado da Infância e da Juventude de Lucena e Santa Rita
- Ministério Público do Trabalho
- Ministério Público Estadual

## 22 ANOS DO ECA: 22 COMPROMISSOS ASSINADOS PELOS CANDIDATOS À PREFEITURA (13 DE JULHO DE 2012)



### CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS INTEGRALMENTE: ASSUMINDO COMPROMISSOS

A criança é o princípio sem fim. O fim da criança é o princípio do fim. Quando uma sociedade deixa matar as crianças é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade.

HERBERT DE SOUZA

O presente trabalho é uma das tantas formas de lutar “pela dignidade da criança e do adolescente”<sup>1</sup> concebidos aqui como sujeitos de direitos, titulares de direitos humanos. Os direitos de crianças e adolescentes estão ancorados no princípio da prioridade absoluta, devendo ser materializados através de políticas públicas articuladas, conforme podemos interpretar pelo texto do Artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988:

<sup>1</sup> Constituição Federal do Brasil de 1988, Artigo 1º, I; Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, Art. 18.

## *Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*

<sup>2</sup> ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p.168-221.

<sup>3</sup> BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). RESOLUÇÃO n. 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

<sup>4</sup> CARBONARI, Paulo César. Sujeito de Direitos Humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.169-186.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Introduziu-se a Doutrina da Proteção Integral no Ordenamento Jurídico Brasileiro através do artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988”, na tentativa de que o Brasil viesse a superar a lógica histórica da fragmentação, da descontinuidade que marcam o atendimento às crianças e adolescentes. Conforme destaca Arantes<sup>2</sup> (1993, p.14), foi possível através de ampla mobilização popular conquistar o artigo 227 da referida Constituição através do entendimento de que toda a “parafernália” montada pelo Estado (órgãos, Código de Menores, etc) “não significava verdadeira proteção”. Ao mesmo tempo, o Artigo 227 desenha, formata um Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD<sup>3</sup>), deixando antever que a proteção integral, pressupõe uma trabalho dialógico, caminhando em contraposição à expropriação de direitos, que têm, paradoxalmente, marcado, com absoluta prioridade, crianças e adolescentes no Brasil. Temos crianças e adolescentes alijados do processo participativo, negados enquanto sujeitos protagonistas da história.

Contudo, confiando no potencial mobilizador da sociedade civil organizada, atores do SGD sistematizam este trabalho, ressaltando a ideia de que os compromissos aqui apresentados representam uma dívida histórica do Estado brasileiro para com crianças, adolescentes e suas famílias. Através deste trabalho, assumimos o compromisso de participar da construção de uma sociedade efetivamente justa, democrática e respaldada no princípio da dignidade da pessoa humana. Trata-se de mostrar que não somos indiferentes à situação de exclusão que tem afetado crianças e adolescentes. Como bem afirma Carbonari<sup>4</sup> (2007, p.175), “a indiferença é a morte do humano e da humanidade que há na gente”.



Endossamos, através deste ato, entre outras coisas, o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990<sup>5</sup> (Artigo 5º), ao estabelecer :

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Participamos da construção de uma nova cultura dos direitos humanos. Conforme enfatiza Carbonari (2007, p.182):

A construção de uma nova cultura dos direitos humanos exige, assim, ocupar-se da promoção e da proteção dos direitos humanos e da reparação de todas as formas de violação. Isto significa trabalhar em vista de realizar no cotidiano as condições para que a dignidade humana seja efetiva. Realizar progressivamente, sem admitir retrocessos e a partir desta base, as conformações e os arranjos pessoais, sociais, políticos, culturais e institucionais que oportunizem a afirmação do humano como sujeito de direitos.

<sup>5</sup> BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Notadamente, não se trata de uma luta individual. Endossamos a ideia de um Sistema de Garantia de Direitos operacionalizado através de uma atuação coletiva e em rede, vislumbrando a superação do discurso, através da concretização de políticas públicas. As palavras de Gramsci<sup>6</sup> (1995, p.40) são oportunas ao asseverar que:

Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isso é verdadeiro apenas de um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical que à primeira vista parecia possível.

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

Nesse sentido, entendemos que, se o Estado brasileiro pretende garantir a “proteção integral” de crianças e adolescentes, com “absoluta prioridade”, precisa garantir seus direitos efetivamente, para além de proclamá-los. Os COMPROMISSOS apresentados abaixo, fruto das propostas elaboradas pelas Conferências dos Direitos das Crianças e Adolescentes dos municípios da Paraíba (2011-2012) e de outros documentos, expressam esse entendimento, buscando que o prefeito eleito assuma a efetivação destes COMPROMISSOS.

### **ASSUMINDO COMPROMISSOS**

- COMPROMISSO 1 – garantir condições efetivas para que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) elabore e controle a execução da Política Municipal de Atendimento aos direitos de crianças e adolescentes, tomando como referência, o diagnóstico da situação da criança e do adolescente;
- COMPROMISSO 2- Assegurar recursos no ORÇAMENTO MUNICIPAL para as políticas públicas voltadas à infância e adolescência, tendo como base o diagnóstico da situação da criança e do adolescente no município, realizado com a participação do CMDCA, conselho tutelar e sociedade civil organizada.
- COMPROMISSO 3 - Garantir o efetivo funcionamento dos conselhos de direitos e tutelares, bem como a formação de conselheiros, e, ainda, a regulamentação e destinação de recursos do Orçamento Municipal para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (definindo percentual mínimo).
- COMPROMISSO 4 - Garantir escola em tempo integral de qualidade social.
- COMPROMISSO 5 - Garantir instituições de educação infantil para todas as crianças de 0 a 5 anos de idade
- COMPROMISSO 6 - Garantir espaços de profissionalização de adolescentes.
- COMPROMISSO 7 - Assegurar que as escolas realizem o trabalho educativo na perspectiva do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

e do Plano Nacional de Educação (2011-2020), considerando, outrossim, o cumprimento do que determina o Artigo 32, § 5º da LDB – 9.394/1996, acerca do dever de incluir temáticas sobre direitos de crianças e adolescentes, com base no ECA/1990.

- COMPROMISSO 8 – Criar Centro de Atendimento especializado para crianças, adolescentes e suas famílias com dependência química (Álcool e outras drogas).
- COMPROMISSO 9 - Criar Centros de Internação para tratamento de crianças e adolescentes e suas famílias dependentes de álcool e outras drogas.
- COMPROMISSO 10 - Garantir a proteção da família (especialmente a de maior vulnerabilidade social, a exemplo da situação de rua, trabalho infantil, abuso/exploração sexual, etc), sobretudo com base na PNAS (2004) e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006), na interface com as demais políticas públicas.
- COMPROMISSO 11 - Assegurar a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, apoiando suas famílias e comunidades com políticas públicas, programas e serviços (geração de emprego e renda, moradia, serviço de acolhimento em família acolhedora, etc), como forma de evitar a institucionalização, bem como abreviar o tempo de permanência dos que estão sob acolhimento (institucional e familiar).
- COMPROMISSO 12 - Sistematizar/executar uma política voltada para crianças, adolescentes e famílias em situação de vivência/moradia de rua, a fim de superar situações de violação de seus direitos humanos.
- COMPROMISSO 13 - Garantir, a partir de uma política da criança e do adolescente, a elaboração e execução efetiva de planos municipais de educação, trabalho infantil, abuso/exploração sexual, dependência química (álcool e outras drogas) situação de rua, convivência familiar e comunitária, etc.
- COMPROMISSO 14 - Garantir os direitos de crianças e adolescentes com deficiências e vítimas de qualquer tipo de violência, por meio de ações intersetoriais, envolvendo, sobretudo, áreas como educação, saúde, assistência e segurança pública

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

- COMPROMISSO 15 - Destinar recursos para a criação/ampliação de espaços voltados para atividades culturais, esportivas e de lazer nas comunidades (especialmente as de maior vulnerabilidade social), voltadas para crianças, adolescentes e suas famílias.
- COMPROMISSO 16 - Garantir formação para profissionais (educação saúde, assistência, etc), considerando os direitos de crianças e adolescentes (ECA/1990), ressaltando o dever de denunciar/notificar casos de violação de tais direitos.
- COMPROMISSO 17 - Assegurar formação continuada para os profissionais que atuam com crianças e adolescentes (educação, assistência social, saúde, etc.) na área do protagonismo juvenil.
- COMPROMISSO 18 - Garantir a participação de crianças e adolescentes em espaços de decisões políticas do município, reafirmando/investindo na organização e formação de protagonistas.
- COMPROMISSO 19 - Assegurar a implementação e funcionamento dos grêmios e colegiados como espaço de protagonismo nas escolas públicas como critério de aprovação do plano pedagógico.
- COMPROMISSO 20 - Articular/fortalecer a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, através da atuação integrada (inclusive com uma AGENDA COMUM) de todos os atores do SGD.
- COMPROMISSO 21 - Assegurar a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida, semiliberdade e prestação de serviços à comunidade), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo SINASE – Lei N. 12.594/2012.
- COMPROMISSO 22 - Garantir a proteção integral de crianças e adolescentes ameaçadas de morte, inclusive mantendo interlocução com a PPCAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes com Ameaças de Morte) .

## POSFÁCIO

Maria de Fatima Pereira Alberto\*

\* Profa. do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

É lugar comum quando alguém é solicitado ou convidado a prefaciар um livro, uma obra, dizer da responsabilidade que essa atividade significa, principalmente por sua riqueza. Mas, embora seja um lugar comum, nesse livro a responsabilidade aumenta, não só pela riqueza do trabalho, mas principalmente pelo que ela significa do ponto de vista da importância que assume para as instituições que fizeram parte do trabalho. Sobretudo ainda para as crianças, os adolescentes, os jovens e as famílias participantes do processo, cidadãos de quem se fala, sobre quem se fala e que falam também.

Além da responsabilidade já aludida, há o prazer de acompanhar esse trabalho e de visualizar possibilidades, caminhos e ações. De visualizar que os movimentos sociais na Paraíba continuam se articulando, se mobilizando e ocupando os espaços políticos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, como é o caso da Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes REMAR.

Mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de dizer da tristeza de também identificar nos dados, possibilitados pelo Monitoramento em 3 etapas, ao longo de 5 anos, de 2005 até 2010, confirmações de outros trabalhos frutos de pesquisas, assessorias e parcerias da situação de risco e vulnerabilidade que ainda se encontram esses cidadãos em processo de desenvolvimento. Apesar de o ECA fazer 23 anos e de representar avanços, ainda não alcançamos a “plenitude” na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Os dados do monitoramento retratados neste livro também revelam aspectos abordados por outros estudos: o ECA, apesar das dificuldades na efetivação, situa a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Mas o jovem, como categoria etária e social, carece de uma ferramenta semelhante:

## ***Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social***

que assegure direitos e que responsabilize o Estado, aspecto que vem sendo objeto de Projetos de Lei no Congresso Nacional desde 2004.

A riqueza deste livro vem de vários aspectos, mas situa-se no seu objetivo principal, a atuação, o monitoramento e a avaliação das ações da e em Rede. Ressalta a experiência em Rede desenvolvida em parceria, por um conjunto de instituições que têm como âncora a REMAR. Apresenta um conjunto de ações, concretizadas através do processo educacional e da escola no enfrentamento da realidade das crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade: processos de exclusão social decorrentes do sistema capitalista, pobreza, falta de políticas públicas, ineficiência e ineficácia do Estado, exposição a situações de violência, condições de moradia precária, condições de vida das famílias, baixos salários, dependências das bolsas sociais, baixa qualidade e pouca efetividade da escola no desenvolvimento e cidadania de crianças, adolescentes e jovens.

O monitoramento viabiliza-se através de várias instituições do Estado e da sociedade civil, com a missão de favorecer a articulação, a mobilização, a integração e a potencialização do trabalho em rede dos diversos atores do Sistema de Garantias de Direitos (SGD) da criança e do adolescente nos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa, com ênfase em alguns bairros da capital.

O monitoramento possibilitou a Construção de uma Metodologia que fez uso de várias técnicas e ferramentas: criação de um GT, aplicação de questionários, entrevistas, acompanhamento individualizado, encontros e reuniões. A sistematização das informações advindas de várias fontes possibilitou compreender as contribuições, avaliar a experiência, as dificuldades, as fragilidades, além de permitir traçar a sua continuidade.

O conteúdo desse livro mostra que, de um modo geral, a experiência contribuiu para oferecer um olhar mais atento às crianças, aos adolescentes e aos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade; fortalecer o trabalho em Rede; encontrar, de forma coletiva, soluções para as dificuldades; expor as dificuldades das escolas públicas municipais e estaduais de refletir com os estudantes, famílias e comunidades os problemas relacionados ao processo ensino aprendizagem, mostrar a dificuldade que ainda existe em efetivar

*Inez Eunice Bassanezi; Lorenzo Delaini*

a intersetorialidade e a necessidade de uma maior articulação entre as Secretarias do Estado e do Município: sobretudo educação, saúde e assistência.

O monitoramento, além de identificar as situações de vulnerabilidade, aponta as necessidades e demandas de políticas públicas de responsabilidade do Estado, principalmente as referentes à educação, saúde e assistência social, mas aponta também as ações do controle social empreendidas pelos movimentos sociais através da REMAR e apoiados pelo UNICEF. Esse último aspecto apresenta como uma das grandes contribuições a Construção de Uma metodologia de Trabalho em Rede, cujo ponto alto, além do trabalho em si, foi uma ação política da Rede que, mediado pelas conferências municipais, conseguem dos candidatos a gestores municipais o compromisso da proteção integral de crianças e adolescentes, com absoluta prioridade.

Ler esse rico material coloca-nos, não apenas em contato com a realidade, mas convida-nos cada vez mais a assumir a posição de implicados com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Parabéns a Remar, Inez Bassanezi e Lorenzo Delaini pela sistematização do material e convido todos e todas, leitores e leitoras a trilharmos essa caminhada.

“Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais que dois...”

(Beto Guedes, O Sal da Terra)





Este livro foi diagramado pela Editora do CCTA, na Universidade Federal da Paraíba, em 2015. Sendo utilizadas as fontes Cambria e Source Sans Pro.

Impresso em papel Offset 75 g/m<sup>2</sup> e capa em papel Supremo 90 g/m<sup>2</sup>.